



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
EICOS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS OPERÁRIOS DO COMPLEXO
PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) SOBRE RISCO**

LEANDRO DE LIMA BORGES LINS

Rio de Janeiro, RJ

2017

CIP - Catalogação na Publicação

L759r Lins, Leandro
Representações Sociais dos Operários do Complexo
Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) sobre risco
P / Leandro Lins. -- Rio de Janeiro, 2017.
69 f.

Orientadora: Luciene Naiff.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2017.

1. Representação Social. 2. Risco. 3. Acidentes.
4. Petróleo. I. Naiff, Luciene, orient. II. Título.

LEANDRO DE LIMA BORGES LINS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS OPERÁRIOS DO COMPLEXO
PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) SOBRE RISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia.

Orientadora: Prof.^a Doutora Luciene A. M. Naiff

Rio de Janeiro, RJ

2017

**Representações Sociais dos operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
(COMPERJ) sobre Risco**

Leandro de Lima Borges Lins

Orientadora: Professora Doutora Luciene Alves Miguez Naiff

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social EICOS, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Presidente, Prof^a Dr^a Luciene Alves Miguez Naiff – UFRJ

Prof. Dr. Marcos Aguiar – UFRRJ

Prof^a. Dr^a Lurdes Domingos – UFF - UVA

Rio de Janeiro

2017

Dedico este trabalho ao meu querido irmão Leonardo Lins

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Luciene Naiff pela confiança, compreensão e empatia ao longo desta trajetória.

À Professora Doutora Maria de Lurdes, pelas oportunidades, parceria e amizade.

À Professora Doutora Marcia Assunção da EEAN (Escola de Enfermagem Anna Nery), a quem devo grande parte de meu conhecimento da TRS.

Aos professores do programa de pós-graduação em psicologia social da UERJ (PPGPS).

Aos professores do EICOS e aos colegas por me ajudarem a ampliar meus horizontes nesta trajetória acadêmica.

Ao Presidente do SINTRAMON (Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial do Município de Itaboraí), Paulo Cesar Quintanilha e sua equipe por me receber em sua sede e ficar à disposição para a coleta de dados e entrevistas.

À equipe do SINE/Itaboraí por também acolher o estudo e contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa

Aos meus amigos e familiares que estiveram comigo e me acolheram, dando apoio durante todo processo.

Às conexões e interações visíveis e invisíveis que permearam esta busca.

Para todos que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Gratidão

Representações Sociais dos operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) sobre Risco

RESUMO

Este estudo foi realizado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), unidade de negócios e abastecimento da PETROBRAS, no município de Itaboraí. Nesta pesquisa pretendemos investigar o entendimento do Risco, bem como suas dinâmicas: subjetiva e prática, pelos operários de uma Refinaria de Petróleo a partir do escopo teórico das Representações Sociais, uma vez que, Denise Jodelet (1989) considera as representações sociais como um conhecimento prático que por sua vez orienta ações cotidianas. Além de Jodelet, nos reportaremos enquanto referencial teórico a Moscovici, Sá e Abric dentre outros, optando pela abordagem estrutural desta teoria. Participaram da pesquisa 60 profissionais de nível fundamental/médio/médio-técnico da área de petróleo&gás que atuaram no Comperj. Foi utilizada uma metodologia qualitativa com a técnica de Análise de Conteúdo propostos em Bardin (2009), associados à tarefa de evocação livre, onde os dados foram analisados com o auxílio do software EVOC (2003). Os resultados apontam que a situação alarmante que se encontra o Comperj frente à atual crise econômica e política reflete um novo pensamento sobre o risco para este trabalhador. Portanto, tratar os riscos do trabalho apenas em termos técnicos e tecnológicos não é suficiente. É premente uma visão ampliada dos riscos para que tenhamos formas mais adequadas para o enfrentamento de seus perigos. O estudo das RS desse grupo nos possibilitou aproximarmos de uma maior compreensão deste objeto.

Palavras chaves: Representações Sociais, Risco, Refinaria de Petróleo.

Social Representations of Workers of the Rio de Janeiro Petrochemical Complex (COMPERJ) about Risk

ABSTRACT

This study was carried out at the Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), business and supply unit of PETROBRAS, in the municipality of Itaboraí. In this research we intend to investigate the understanding of Risk, as well as its dynamics: subjective and practical, by the workers of a Petroleum Refinery from the theoretical scope of the Social Representations, since Denise Jodelet (1989) considers social representations as a knowledge Practice that in turn guides daily actions. Besides Jodelet, we report as a theoretical reference to Moscovici, Sá and Abric among others choosing the structural approach of this theory. Participated in the survey 60 professionals at fundamental / medium / medium-technical level in the oil & gas area who worked at Comperj. A qualitative methodology was used with the Content Analysis technique proposed in Bardin (2009), associated with the task of free recall, where the data were analyzed using EVOC software (2003). The results indicate that the alarming situation that Comperj is facing in the current economic and political crisis reflects a new thinking about the risk for this worker. Therefore, addressing the risks of work only in technical and technological terms is not enough. An increased view of risks is pressing so that we have more adequate ways to face their dangers. The study of RS of this group allowed us to approach a greater understanding of this object

Keywords: Social Representations, Risk, Oil Refinery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição de acidentes no setor industrial.....	19
Figura 2: Área de Influência do COMPERJ.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Acidentes de Trabalho no Brasil.....	16
Tabela 2: Trabalhar no COMPERJ	46
Tabela 3: Relação com Riscos.....	49
Tabela 4: Acidente de trabalho – Sofreu ou Testemunhou.....	54
Tabela 5: O que o operário entende por Segurança do Trabalho.....	55

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 - Trabalhar no COMPERJ.....	47
Gráfico 2 – Relação com Risco.....	49
Gráfico 3 – O que o operário entende por segurança do trabalho.....	56
Gráfico 4 – Você se Sentia Seguro no exercício de sua profissão dentro do COMPERJ.....	58
Gráfico 5 – Preocupação em melhorar as condições de trabalho nas refinarias.....	59
Gráfico 6 – Diálogo entre funcionário-patrão para discutir as questões de risco.....	60

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – RISCO COMO OBJETO DE ESTUDO E SEU CONTEXTO.....	14
CAPÍTULO 2 –TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS - SUPORTE TEÓRICO	21
2.1 Abordagem Estrutural.....	28
CAPÍTULO 3 – MÉTODO.....	31
3.1 Análise Conteúdo.....	32
3.2 Análise Prototípica.....	34
3.3 Técnicas, Instrumentos e Procedimentos.....	34
3.4 Composição da amostra e critérios de elegibilidade.....	35
3.5 Tratamento dos Dados.....	36
CAPÍTULO 4 – CONTEXTO DA PESQUISA.....	37
4.1 As Greves, a Crise, a Operação Lava-Jato e suas consequências.....	39
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS.....	43
5.1 Análise da Tarefa de Evocação.....	43
5.2 Análise de Conteúdo: Categorização.....	45
5.2.1 Trabalhar no COMPERJ.....	46
5.2.2 Relação com Riscos.....	49
5.2.3 Acidente de trabalho – Sofreu ou Testemunhou.....	54
5.2.4 O que o operário entende por Segurança do Trabalho.....	55
5.2.5 Você se sentia seguro no exercício de sua profissão dentro do COMPERJ.....	56
5.2.6 Você percebe preocupação por parte das empresas em melhorar as condições de trabalho nas refinarias.....	59
5.2.7 Existe diálogo entre funcionário-patrão para discutir as questões de risco.....	60
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

O Risco tem sido abordado e interpretado por cientistas, engenheiros, técnicos, psicólogos e sociólogos (BLEY, 2011). Cada disciplina imprime suas reflexões ao tema e delinea o significado do termo. Nota-se, em alguns trabalhos, certa confusão epistemológica: ora o risco aparece como perigo, perigo ampliado, ora como probabilidade, a principal proposição do termo. O termo risco cientificamente elaborado está associado ao estudo dos perigos, suas frequências ou severidade, e assume a característica de previsibilidade e controle sobre um possível futuro, quando possíveis eventos poderiam se concretizar, trazendo consequências boas ou más.

Nesta dissertação, pretendeu-se delinear o risco a partir das representações de um grupo social, procurando identificar, por meio de entrevistas, as representações sociais do risco para os empregados de uma refinaria de petróleo.

As refinarias de petróleo são indústrias consideradas potencialmente perigosas e de grande interesse econômico e social. Esse importante segmento econômico da sociedade, petrolífero, suscita as mais diversas representações, por ser considerada uma atividade potencialmente perigosa, produzindo derivados de petróleo em larga escala, produtos inflamáveis e tóxicos cujo manuseio exige técnicas e experiência.

Sabe-se que as representações formadas por agentes externos à organização associam a atividade com incêndios, explosões, toxidez, poluição e outros riscos relativos a esse segmento industrial; no entanto, a perspectiva interna não é muito conhecida. Este estudo trata da apreensão das representações sociais sobre o objeto risco, dos sujeitos diretamente envolvidos com as atividades de refino de petróleo, portanto de uma perspectiva interna da organização (CHAMON e MORAES, 2011).

Não se trata de uma tarefa simples, pois o tema estudado suscita temores em qualquer sujeito social. Beck (2010) assinala que vivemos em uma sociedade de risco. Entretanto parece que a denominação do conceito se encontra um tanto quanto carregada de maus presságios, como afirma La Mendola (2005), em seus estudos sobre risco e perigo na Itália, em que o risco assume a característica de perigo ampliado.

A construção prática do conhecimento a respeito do risco é diferente conforme as posições ocupadas pelas pessoas em uma determinada organização, ou seja, é mutável conforme a sua evolução histórica. Esse conjunto prático de conhecimento forma a representação social em relação a um determinado objeto nesse caso, o risco. O objeto de risco é avaliado a partir de sua construção no universo reificado, onde se encontram os padrões técnicos e os saberes construídos a partir de uma modelagem científica. Do universo reificado, transferido ao cotidiano por meio da comunicação, são

construídos os universos consensuais. No universo consensual, a construção ocorre por meio das relações entre os indivíduos constituintes de um determinado grupo, e cada membro é livre para expressar-se em relação a um determinado objeto.

A representação social do risco mostra-nos a interpretação do risco a partir da perspectiva dos diversos atores nele envolvidos ou a ele expostos direta ou indiretamente. O conhecimento inerente a um determinado processo leva à sua representação social por um determinado grupo de pessoas envolvidas, apresentando possíveis diferenças entre o que é apregoado nos manuais e o que é efetivamente percebido.

Apesar dos avanços da ciência e da tecnologia, as pessoas continuam sendo submetidas a condições de risco, de forma consciente ou não. A análise do risco é uma ferramenta que proporciona aos trabalhadores melhor avaliação das condições de risco e o modo de minimizar a possibilidade de um acidente.

As organizações possuem um modo particular de pensar e interpretar o mundo por meio de padrões conhecidos e referenciais consagrados em práticas administrativas. No entanto, tais padrões requerem de diferentes grupos a busca de interpretações, que, em sua grande maioria, não descrevem e nem se particularizam com o padrão exposto e disseminado pela organização. Essas formas de pensamento atingidas por meio do senso comum, de modo não coercivo, constituem as representações sociais em relação a um determinado tema.

O capítulo 1 tratamos do objeto de pesquisa, o risco. No segundo capítulo exploramos o referencial teórico. Logo após percebemos a importância de apresentar o contexto em que se deu a pesquisa. O método vem em sequência e os resultados seguem no capítulo quatro, explorando as categorias que se apresentaram nos dados. Por fim, as considerações finais e possíveis desdobramentos da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - Risco como objeto de estudo e seu contexto

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as necessidades de se estabelecer uma indústria de base para atender as demandas nacionais propiciaram o desenvolvimento industrial, principalmente com a fundação de grandes empreendimentos, como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A). Tem-se, então, na década de 50, o surgimento de uma indústria de base forte, com o objetivo de ancorar o desenvolvimento nacional. A partir da década de 60, esse processo acelera, principalmente devido à participação do Estado em projetos de produção de energia elétrica, aço, e indústria petroquímica (FURTADO, 2011).

Esse processo de industrialização trouxe consigo os problemas relacionados à consecução de processos industriais em grande escala. Nesses processos, os trabalhadores assumem o comando de máquinas de grande porte e de controle de sistemas com pressões e temperaturas elevadas, bem como de sistemas em que ocorre a circulação de gases venenosos, explosivos e asfixiantes. Essas características são inerentes à indústria de processamento de petróleo e outros produtos químicos (CHAMON & MORAES, 2011).

O tratamento das questões de segurança e do risco não era considerado importante, até o evento de acidentes em que populações no entorno dessas indústrias foram atingidas, além dos próprios empregados. Entretanto, a questão do risco foi tratada como apenas “mais um problema da engenharia”: se conhecemos os riscos, delimitamos os problemas, então não temos riscos, ou, eles estão dentro de padrões de tolerância aceitáveis. Tratar os riscos do trabalho apenas em termos técnicos e tecnológicos não é suficiente. É premente uma visão ampliada dos riscos, para que tenhamos a forma mais adequada de enfrentar os perigos advindos desse processo civilizatório.

Beck (2010) mostra-nos uma questão relevante quanto ao tratamento dos riscos artificiais (criados pelo Homem durante o processo de modernização): sempre que deparamos com limites, temos a tendência de elevá-los, de maneira a conformar os perigos com as legislações e capacidades humanas de suportaçãõ.

Giddens (2002) confirma esse posicionamento de Beck e assinala a questão do tratamento do risco em relação à confiança necessária para se alcançar êxito. Os perigos sempre estiveram presentes na humanidade. No entanto, o risco é um pensamento moderno, e tem, em geral, como objetivo propor um tratamento adequado aos perigos advindos do extenso processo de industrialização iniciado no final do século XIX.

Sendo assim devemos buscar um pensamento crítico e transdisciplinar a fim de que possamos nos aproximar de um maior entendimento e consciência dos processos destes processos de mudança.

O mundo não pode ser estudado somente através da visão das ciências duras, pois há um saber prático elaborado para também se compreender. As explicações de causa e efeito não são em si suficientes para uma compreensão mais abrangente desse mundo. Há, naturalmente, divergências entre o pensamento científico e o conhecimento socialmente construído, que é apropriado por meio de representações. Não são suficientes as explicações do nosso ambiente somente em termos técnicos, pois há todo um construto social que não pode ser negado e que é complementar (SCHULZE, 2000).

Observa-se, no cenário econômico mundial, uma preocupação com os riscos das atividades produtivas. Assim, ocorre um ajuste das indústrias em geral a uma nova concepção da importância do risco em suas atividades. O investimento em segurança, saúde e meio ambiente apresenta-se como um fator preponderante nos negócios. As paradas não programadas de produção são indesejáveis, visto que os retornos são maiores quando os processos não sofrem interrupções; para tanto, funcionam melhor os sistemas que possuem um satisfatório modelo de gestão do risco. Nos acidentes em geral há um desgaste da imagem da organização perante a sociedade, empregados e acionistas.

Busca-se então, nesta pesquisa, um entendimento do risco por operários que trabalharam no COMPERJ, a partir da proposta da Teoria das Representações Sociais.

A incidência de acidentes de trabalho é uma fonte de despesas econômicas para o Estado. Podemos visualizar, na Tabela 1, a evolução dos acidentes de trabalho no Brasil na última década.

Tabela 1: Acidentes de Trabalho no Brasil

Ano	Trabalhadores Segurados	Total de Acidentes Registrados
2000	26.228.629	363.868
2001	27.189.614	340.251
2002	28.683.913	393.071
2003	29.544.927	399.077
2004	31.407.576	465.700
2005	33.238.617	499.680
2006	35.155.249	512.232
2007	37.607.430	659.523
2008	39.441.566	755.980
2009	41.207.546	733.365
2010	44.068.355	709.474
2011	46.310.631	720.629
2012	47.458.712	713.984

2013	48.948.433	717.911
------	------------	---------

Fonte: MTE/RAIS, 2014.

Dos cinco milhões de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil entre 2007 e 2013, data da última atualização do anuário estatístico da Previdência Social, 45% acabaram em morte, em invalidez permanente ou afastamento temporário do emprego. Só nesse período, o desembolso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com indenizações aos acidentados foi de R\$ 58 bilhões. Além da pensão por morte e invalidez, o INSS paga ainda o salário do segurado a partir do 16º dia de ausência no emprego.

Somente em 2013, o INSS pagou R\$ 367 milhões em benefícios por acidentes de trabalho. Uma parte destes dados se refere a afastamentos temporários do emprego, mas ano após ano a conta vai crescendo porque uma parte desses benefícios se destina a pensões por morte ou invalidez permanente. Numa conta atualizada para 2015, só o custo gerado pelos acidentes entre trabalhadores com carteira assinada que são notificados e identificados nas estatísticas oficiais foi estimado em R\$ 70 bilhões.

Existem ainda outros custos que escapam às estatísticas oficiais. Esses custos vão além dos benefícios previdenciários, já que a eles se somam os gastos indiretos no Sistema Único de Saúde (SUS), com seguros de acidentes ou ações nos tribunais de Justiça, por exemplo. O SUS, que é universal, atende um grande número de pessoas que se acidentam e adoecem no mercado informal cujas despesas correm por conta do Ministério da Saúde e não do INSS. Nesse ponto, às estatísticas oficiais se incorporam estimativas as mais variadas.

Para Pastore (2011) o país perde R\$ 71 bilhões por ano com os acidentes de trabalho. Para chegar a esse número, foram somados os custos para as empresas, para a Previdência Social e para a sociedade. Esse custo é subestimado por dois motivos: primeiro, porque se baseia apenas no mercado formal; segundo, porque esses gastos só cresceram desde os cálculos de Pastore.

As empresas têm dois tipos de custos: os segurados e os não-segurados. O custo dos segurados é quanto a empresa gasta com seguro de acidentes de trabalho, com o tempo perdido, com despesas com os primeiros socorros, a perda de equipamentos e materiais, interrupção da produção, retreinamento de mão-de-obra, substituição de pessoal, pagamento de horas-extras, recuperação do empregado, salários pagos aos afastados, despesas administrativas, gastos com medicina e engenharia de reparação.

Os não-segurados são menos visíveis e mais diluídos, salienta Pastore. O economista cita ainda outros custos não tão óbvios. Um deles é o adicional a quem trabalha em condições perigosas. Há, ainda, outros custos adicionais para as empresas, impostas pela atuação sindical ou presença crescente do Ministério Público do Trabalho e das demais autoridades do governo, inclusive por meio de sentenças condenatórias da Justiça do Trabalho.

Estes dados nos mostram a relevância de estudos sobre o Risco nas organizações, sendo de grande importância econômica e social. Além dos números envolvidos, há o sofrimento humano, que não afeta tão somente o acidentado, mas também seus colegas de trabalho e familiares.

A representação do risco pode apresentar variantes muito distantes da previsão normativa, ou seja, em termos de causa e efeito. A causalidade, quando pensamos em grupos sociais, não pode ser aplicada tão simplesmente a partir de uma lógica mecânica restrita ao cumprimento de padrões e normas, já que os mecanismos da ordem social variam conforme o meio. Cada grupo social desenvolve sua própria ordem, obedecendo a padrões mutantes cuja variação depende da resposta necessária ao que lhe causa perturbação. Integrar a dicotomia que cerca o pensamento mecânico e o social é um desafio cuja resposta pode ser obtida da observação dos grupos sociais, diante de padrões exigidos e das respostas ao meio consensualmente construídas por eles (DEMAJOROVIC, 2003).

Em oposição à lógica mecânica citada, temos a modernização reflexiva:

[...] modernização reflexiva significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial, como está avaliado pelos padrões institucionais desta última. [...] a definição do perigo é sempre uma construção cognitiva e social. (BECK, GIDDENS e LASCH, 1997, pp. 16).

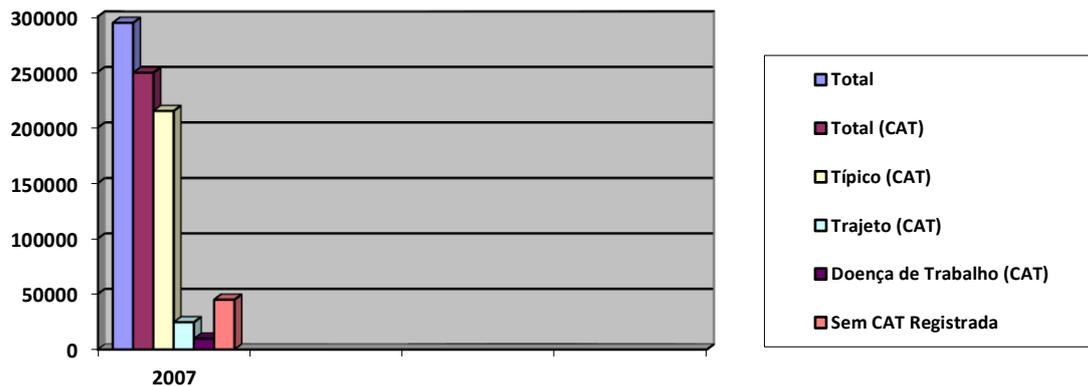
As políticas de segurança das organizações são baseadas em procedimentos cuja principal característica é a obediência aos padrões normativos. Os procedimentos são criados pela própria organização em obediência a normas regulamentadoras, da legislação brasileira e das referentes à proteção ao trabalhador. O estudo das representações sociais sobre o risco poderá nos dar um posicionamento do trabalhador e do risco inerente às suas atividades.

Embora tenhamos os perigos delimitados e conhecidos, a representação social do risco vai além dos manuais, constituindo-se um conjunto representativo das vivências e experiências que colabora com a formação de um status de memória permanente em relação ao objeto de risco, o qual se teme. A busca de soluções que possibilitem um ambiente seguro nas empresas é emergente,

pois os custos socioeconômicos são extremamente relevantes. Os dados apresentados demonstram a importância de pesquisas referentes ao conhecimento do risco nos ambientes industriais.

Na figura 1, temos a distribuição do número total de acidentes no setor industrial em 2007.

Figura 1: Distribuição de acidentes no setor industrial



Fonte: Diesat, 2007.

Os acidentes de trabalho ostentam números de uma epidemia. Dados mais atuais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) demonstram que os acidentes de trabalho matam seis vezes mais do que algumas doenças sazonais que todo verão impõe aos brasileiros o medo em escala epidemiológica. As estatísticas de segurança, em nosso país, ressaltam a gravidade e a seriedade com que o assunto deve ser tratado.

As questões envolvendo o risco e seu controle não podem ser tratadas apenas em termos técnicos. A inclusão do ser humano como um agente ativo deste processo e como um elemento que produz um conhecimento em torno deste objeto (o risco), é essencial. O trabalhador não pode ser concebido tão-somente como um cumpridor de normas e um seguidor hierárquico, mas como um construtor socialmente ativo que intercede nas conjunturas do seu meio ambiente.

Na vida cotidiana, o ser humano tem a necessidade de representar seu mundo mediante uma ótica que lhe seja familiar. Essas representações, construídas por meio do conhecimento prático e da reelaboração do conhecimento reificado pelo grupo social, possibilitam ao homem a sensação de domínio de seu mundo, tornando-o menos temido. (BELLINI e REIS, 2011).

O diálogo entre as representações sociais do risco e os fatores mecânicos de avaliação e disposição é relevante. Isso porque pode ser fator determinante para a manutenção do fluxo de

significados que levaria a uma constante melhoria das condições de trabalho em que o risco é um fator degradante das condições psicológicas do trabalho. Busca-se, em realidade, maior troca de significados entre os Universos Consensuais e os Reificados. Esse fluxo de troca de significados é de grande importância para o alcance de padrões mais elevados de segurança em instalações industriais, especialmente as potencialmente perigosas.

O perigo intrínseco da atividade do processamento de petróleo deve-se aos altos volumes circulantes, altas temperaturas, pressões elevadas e reações diversas. Esse conjunto de características faz da indústria do petróleo uma atividade altamente perigosa e sujeita a riscos de acidentes maiores que em outras atividades (CHAMON & MORAES, 2011).

Ainda que os investimentos em gestão do risco tenham sido ampliados e os resultados de segurança das refinarias tenham se elevado, o perigo potencial da atividade faz com que o risco seja um elemento presente e sujeito a representações pelos empregados envolvidos nessa atividade industrial.

Por melhores e numerosos que sejam os treinamentos em segurança, há sempre a representação do risco a partir de experiências individuais e das práticas do dia-a-dia. Essa é a representação social de grupo, ou seja, o modo como o grupo social compreende avalia e trata o mundo que o cerca, constituindo-se na interpretação do que se observa e no modo como se dará resposta à realidade observada.

O risco faz parte do diálogo diário de todos os empregados, pois o perigo intrínseco das atividades é a maior preocupação desse grupo social de trabalhadores, em todos os seus níveis.

Podemos então, pensar a representação social do risco como um conjunto de opiniões, percepções e que levam os grupos a formarem um pensamento a respeito de um objeto. Na RS do Risco, a ancoragem ocorre segundo um conjunto de saberes históricos em relação ao objeto e segundo as formas de atuação que possibilitaram a consecução de trabalhos de forma segura, nem sempre correspondendo à realidade dos padrões e procedimentos.

O saber socialmente construído a respeito do risco leva o sujeito a formar suas próprias representações do que é o risco, por vezes se contrapondo aos manuais/regulamentos/normas e concordando com o senso comum, e vice-versa.

O sujeito inserido no trabalho de ambiente de risco procura assimilar as suas diferenças, adequando-se à nova realidade, ou mudando, ou influenciando, para que exista uma nova realidade,

assumindo o caráter não coercivo das relações sociais, mas a probabilidade de mudança de perspectiva a partir das influências individuais.

CAPÍTULO 2 – Teoria das Representações Sociais - Suporte Teórico

Em uma perspectiva clássica da Sociologia, Durkheim propõe que as estruturas sociais se sobrepõem aos indivíduos, anulando singularidades e deixando de lado processos subjetivos. Neste tópico a fim de contextualizar a TRS, é feito um paralelo entre esse determinismo social da Representação Coletiva de Durkheim e a Representação Social de Moscovici, que segue a tendência dos sociólogos contemporâneos de considerar a sociedade como um sistema de instituições em um processo dinâmico de socialização, onde o indivíduo preserva sua subjetividade nas interações (NASCIUTTI, 1996). Sendo justamente essa interação, o principal domínio da Psicossociologia. Pois a Sociologia, reduzida a si mesma se restringe a análise soberana do social sobre o individual e por outro lado, num outro extremo, teríamos uma visão ‘*psicologizante*’ restrita às estruturas mentais e desconsideraríamos este social (MAISONNEUVE, 1977).

A Teoria das Representações Sociais se encontra dentro dessa proposta não-excludente, não-reducionista dos processos que analisam o fenômeno representativo num diálogo do indivíduo com o seu meio, recorrendo a conceitos psicológicos e sociológicos, uma vez que

A organização da vida psíquica e o desenrolar da história individual se edificam a partir de um social que pré-existe ao sujeito e que contribui na construção de seus valores, seus modelos e mesmo sua vida afetiva (NASCIUTTI, 1996, p.53)

Esta pesquisa interessa-se pela operação de estruturas e de conteúdos singulares e coletivos, objetivos e subjetivos integrados, mas específicos, atravessados institucionalmente por padrões de comportamento executados em ações determinadas e determinantes de uma ordem (relacionados à gestão de riscos, neste caso) e de sua representação no contexto organizacional. Neste cenário a representação tem um papel de mediação entre o sujeito trabalhador e seu conjunto social e vice versa (NASCIUTTI, 1996). Propõe-se a articulação entre o universo psíquico singular do operário e sua posição enquanto membro integrante, constituído e constituinte das relações presentes e ausentes numa refinaria de petróleo/complexo petroquímico.

Sendo assim, compreender questões de riscos as quais o operário se expõe é resgatar processos que se instituem nos níveis grupal (papéis, poderes, identidades, histórias, contexto), institucional (contexto ideológico, cultural, político, histórico, formal, funcional e organizacional) e relacional (comportamentos e discursos manifestos e latentes) (NASCIUTTI, 1996).

O conceito de Representação Social foi criado por Moscovici em 1961, com seus estudos sobre a apreensão da psicanálise. Previamente, Durkheim teceu considerações sobre as Representações Coletivas, porém, para Moscovici que divulgou e aprofundou a teoria. As RS são formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas com um objetivo prático e são geradas em torno de um objeto, logo é possível pensar num vínculo estreito entre o sujeito e o objeto, vínculo este que deve existir para que haja o fenômeno de representação. Através das RS, o sujeito conhece seu mundo e passa a compreendê-lo por via de seus objetos constitutivos; embora, a compreensão dos objetos que o cercam fazem com que o sujeito perfilhe vínculos sociais que passam a identifica-lo com o grupo ao qual pertence (MOSCOVICI, 2015).

Moscovici define as Representações Sociais como:

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controla-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (ibidem, p.21)

Um conjunto de saberes é então construído por meio das RS, visando facilitar a compreensão do mundo por um determinado grupo. A compreensão de um determinado objeto admite as características que o grupo lhe confere.

Para Moscovici, a Teoria das Representações Sociais, se refere ao conjunto de ideias desenvolvido pelos diferentes grupos sociais com referência a tópicos da realidade cotidiana de cada grupo envolvido. RS é o conjunto de significados compartilhados, constituindo um modo plural de pensar por um determinado grupo social.

Em Durkheim (2004), os fatos sociais são exteriores ao indivíduo e independem de sua vontade, portanto o indivíduo adota o comportamento do grupo por coerção e conformação. Na TRS, os sujeitos são livres e contribuem para a elaboração de um conjunto de saberes que compõem o senso comum.

O espaço no qual o sujeito se inscreve e é assimilado, é aquele em que ele procura respostas que venham a satisfazer suas necessidades de convivência, bem como do sentimento de pertença, tendo liberdade para expressar suas ideias dentro das regras próprias daquele grupo (DURKHEIM, 2004).

Para Oliveira e Werba (2005), o estudo da RS nos possibilita conhecer como um grupo concebe um conjunto de saberes em relação a um determinado objeto e o conjunto de códigos culturais que delimitam as regras de uma comunidade. Ainda para o autor, o conceito de RS é versátil, possuindo três principais postulados: de um conceito abrangente, que compreende outros conceitos como: imagens, opiniões, atitudes, ramos do conhecimento. Possui um poder explanatório: não substitui, mas incorpora outros conceitos, indo mais a fundo na explicação causal dos fenômenos. O elemento social na TRS é constitutivo delas, e não algo separado. O social não determina o sujeito, mas é um substantivo dele. O ser-humano é tomado fundamentalmente como ser-social.

Sendo social, o ser-humano tem uma necessidade de estar conectado ao mundo que lhe cerca e de se conciliar com ele, criando padrões de comportamento que sejam guias para a resolução dos problemas cotidianos (JODELET, 2001).

Estabelecendo-se no campo das Ciências Sociais, a Representação Social pressupõe que o homem não é mero produto do meio em que vive, mas sim de um processo constante de escolhas, oposto à teoria das Representações Coletivas de Durkheim, de um processo coercitivo no qual o sujeito se resigna ao coletivo.

Segundo Moscovici (2015, p.40), *“Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade é isso que as caracteriza.”*. A RS pressupõe um grau elevado de interação e relacionamento, no qual se formam os pilares do pensamento em representação. O indivíduo cede lugar ao coletivo, numa tentativa de resguardar o espaço no grupo que pertence, busca adaptar-se ao pensamento vigente, representado pela interpretação daquele universo por aquele coletivo.

Qualquer pensamento sobre algo é a representação daquele objeto apropriado pelas percepções individuais e interpretado através de um conjunto de inteligências originadas no coletivo. Não existe espaço para a imposição da inteligência individual, mas uma conjunção de saberes, que criam a RS daquele objeto para o grupo. De acordo com Minayo (2003, p.109):

As representações sociais são mais abrangentes em termos da sociedade como um todo e revelam a visão de mundo de uma determinada época. São as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade. Mas essas mesmas ideias abrangentes possuem elementos de passado na sua conformação e projetam o futuro em termos de reprodução da dominação.

Na visão de Abric (2001a), a RS é um conjunto organizado de atitudes, crenças, opiniões, e de informações referentes a um objeto ou a uma situação. Representação esta, influenciada pelo próprio sujeito/sua história, pelo sistema social e por toda uma cadeia de vínculos sociais que se estabelece nesse sistema.

As RS devem ser analisadas em relação com os processos da dinâmica social e da dinâmica psíquica. Dois tipos de processo incidem na formação de RS, por um lado os processos cognitivos e mentais, de caráter individual e por outro, os processos de interação e contexto, de caráter social. Desta forma, pode-se pensar que as RS são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, uma teoria psicossociológica e explicativa sobre a construção de um conhecimento e uma realidade comuns para um determinado conjunto social.

A formação de RS sobre Risco concede ao grupo uma estratégia de defesa em relação ao objeto de risco. Este saber resultante se diferencia do saber científico, uma vez que não possui origem num conhecimento elaborado metodologicamente, mas sim de forma consensual por diferentes membros de um grupo específico. Contudo, o conhecimento científico construído é criticado, já que sua prova não se dá a partir do senso comum, mas de um processo externo ao grupo, e até por membros fora deste.

A relevância da teoria elaborada por Moscovici encontra-se no fato de ela ser vista como um novo corpo de conhecimento disseminado em um grupo populacional. Sendo assim, é necessário conhecer todas as impressões deste grupo sobre o objeto em questão, tendo por objetivo tornar o não-familiar em familiar (FARR, 2003).

Em Moscovici (2015), temos que o conhecimento científico passa doravante a pertencer ao senso comum a partir das RS, se transformando pelos moldes da sociedade que o adapta e interpreta segundo as suas restrições de compreensão, dando ao objeto seu tônus de familiaridade. No entanto, o senso comum também se transforma em conhecimento científico através da utilização dos procedimentos, técnicas e práticas científicas, tornando-se não familiar.

A necessidade aflitiva de compreender os objetos que cercam o homem faz com que ele procure formas de representa-lo dentro de seu universo. Com isso, procura facilitar seu intercâmbio com o mundo e colaborar para a manutenção de sua vida e de sua sociedade. Sabendo-se que se teme o que não é reconhecido. Por meio das RS o sujeito faz com que o não-familiar se torne familiar e se torne portanto, menos temido.

Moscovici entende que a Psicologia Social, quando estuda os sistemas cognitivos pressupõe:

- 1) Os sujeitos normais reagem a pessoas, fenômenos ou acontecimentos do mesmo modo que os cientistas/pesquisadores.
- 2) O fenômeno da compreensão consiste no processamento de informações. Percebemos o mundo tal qual ele é e todas as nossas ideias, percepções e atribuições são respostas a estímulos do ambiente em que vivemos.

No entanto, algumas hipóteses contradizem a Psicologia Social: a consciência do óbvio onde o mundo é fragmentado, e o fato de que o todo não é observado, mas somente algumas partes dele, enquanto vários aspectos permanecem invisíveis. Os fatos aceitos sem conflito, por falta de uma melhor capacidade de visualização, tolhe a observação da realidade a partir da aparência. Enfim, a reação pré-condicionada por grupos específicos que possuem termos próprios é um modo pré-definido de responder ao meio ambiente (MOSCOVICI, 2015).

Para o autor, as RS possuem duas funções. Em primeiro momento, a de tornar convencionais os objetos, atribuindo-lhes uma forma, modelando-os e categorizando-os como pertencente e partilhado por um grupo determinado. Deste modo, fazem-se associações dos objetos com características pré-determinadas pelo grupo. Quando determinada pessoa ou objeto não se enquadra nos parâmetros do grupo, a pessoa ou objeto é forçado a assumir uma forma categorizada e conhecida, para que possa ser compreendida e decodificada. Em um segundo momento, as representações se prescrevem e se colocam sobre nós com uma força insuperável: a estrutura na qual o sujeito está inserido, possui uma combinação determinada e formada no transcorrer da vida social. O indivíduo emprega o conhecimento pré-existente para modelar o seu próprio saber, perante o grupo ao qual pertence, e, de certa maneira, ele repensa, recita e rerepresenta os fatos, segundo sua capacidade de discernimento em relação ao que lhe é apresentado

As representações estão no núcleo das interações humanas, do contrário, a relação torna-se empobrecida, não se consegue habituar e amoldar o que apresenta segundo um conjunto de categorias e características próprias de cada sujeito ou grupo. Procura-se um significado para que se esteja em uma posição tranquila e de controle sobre o que é mostrado.

As representações são geradas por pessoas e grupos, durante os processos de cooperação e comunicação, adquirem vida própria e transitam pela sociedade, passando por mudanças e adaptações advindas de interações com outros grupos, ou pela assimilação de novos indivíduos ao grupo, com uma maneira diferente de representar ou que introduza um novo aspecto ao objeto representado. As representações podem modelar o comportamento, ou uma determinada estrutura

social, por referir-se a um objeto coletivo. Ainda, as RS são concebidas de modo consensual o que justifica a sua resistência e continuidade, bem como de sua capacidade condicionante dos comportamentos (MOSCOVICI, 2015).

Por meio das RS, os sujeitos fazem os objetos conformarem-se ao seu universo. A compreensão do mundo a partir de conceitos internalizados pelo indivíduo é de extrema importância, pois lhe proporciona segurança e sensação de domínio, dissolvendo suas angústias diante do novo ou do desconhecido.

As RS podem ser analisadas a partir de duas dimensões. Na primeira dimensão, elas surgem como saberes práticos orientados para a comunicação e compreensão do mundo. Na segunda, surgem como construções organizadas por sujeitos sociais a respeito de objetos valorizados. A valorização destes objetos confere a sensação de pertencimento dos indivíduos a um determinado grupo social. O risco é mais valorizado por um grupo que se encontra diante de circunstâncias de perigo em seu cotidiano, do que por grupos que supostamente estejam afastados dessas fontes de perigo.

As RS são escolhas, e não imposições ao indivíduo que a todo o momento relaciona o conhecimento a respeito de um objeto e o correlaciona ao seu status, formulando, então, sua própria representação.

Uma representação social é um constructo psicossociológico que desempenha um papel simbólico, representando algo - um objeto - para alguém - uma pessoa ou grupo. Ao fazê-lo, a representação realmente substitui o objeto que representa e, portanto, torna-se o objeto em si, para a pessoa ou grupo que se refere a ele (MOSCOVICI, 2015). Como tal, uma representação social é um produto que resulta de um processo de representar, e sempre substitui o objeto que um ator social liga a ele. O objeto só pode ser acessado através de uma representação; Para um determinado ator social, essa representação "é" o objeto (ABRIC, 1994).

Doise (2001, p.193) acrescenta que: *“As RS são sempre tomadas de posição simbólicas, organizadas de maneira diferente”*. Constituindo assim, princípios relacionais que organizam as relações simbólicas entre grupos ou indivíduos.

Representar algo seria então, dar sentido à uma realidade social, criar um efeito identitário, organizando comunicações e orientando condutas. As RS possuem quatro importantes funções, sendo elas: do saber, de orientação, identitária e justificadora.

Através da função do saber, procura-se a explicação, a compreensão e o sentido que são necessários à realidade social. A função de orientação age como indicador de conduta própria para o êxito das práticas sociais, e depende da realidade de cada grupo em seu meio social. A função identitária particulariza os diferentes grupos, dando a cada um deles uma identidade que o define como único, e implica diferenciação entre sujeitos de grupos distintos. A função justificadora atua como sistema balizador das condutas sociais e das formas e procedimentos aceitos para alcance dos objetivos (SANTOS, 2005).

2.1 Abordagem Estrutural da Representação Social

Depois de 50 anos desde a introdução das representações sociais na psicologia social, pesquisas relacionadas formaram um corpo impressionante de estudos publicados em todo o mundo, incluindo a América Latina (à exemplo, Naiff & Naiff, 2009, Sá, 2002, Arruda, 2002, Serafim et al, 2017). Houve várias escolas que propuseram diferentes abordagens teóricas e estratégias metodológicas para lidar com o fenômeno. Este tópico trata de uma dessas abordagens, ou seja, a abordagem estrutural, e visa proporcionar uma revisão das posições teóricas atuais apoiadas por seus estudos sobre representações sociais.

A abordagem estrutural das representações sociais é uma escola que se originou na França nas décadas de 1970 e 1980. Seu panorama é marcado por uma perspectiva experimental, que trata do conhecimento socialmente compartilhado como estruturas, isto é, sistemas formados por unidades interconectadas, cujo funcionamento é regulado por leis. No caso da representação social, a estrutura é formada por idéias simples, unidades cognitivas básicas de significado que são chamadas de cognemas (CODOL, 1969) ou elementos. Uma representação social é um conjunto de cognemas que se referem a um objeto social e formam uma estrutura de conhecimento integrada compartilhada por um grupo.

Quando um objeto completamente novo aparece na sociedade ou quando um grupo se depara com um objeto pré-existente, as condições básicas para a gênese de uma representação social são cumpridas (GARNIER, 1999). No entanto, nem todas as configurações sociais permitem o estabelecimento de uma estrutura de representação social. O trabalho de Moscovici (1961, 1976) propõe que três condições mínimas tenham de ser satisfeitas em um determinado contexto: um objeto social deve ser ambigualmente definido, as pessoas devem sentir a necessidade de inferir sobre isso e os diferentes aspectos desse objeto devem ser salientes para diferentes grupos. Moliner (1993) propôs critérios complementares: o objeto deve ser polimorfo, referente a uma classe geral;

Deve haver um contexto entre-grupos, opondo pelo menos dois grupos em relação ao objeto; E o objeto deve ser vinculado a uma participação para o grupo, ameaçando sua identidade ou coesão social. Flament e Rouquette (2003) acrescentam que um objeto deve ter uma função de conceito para o grupo, explicando um conjunto de ocorrências de fenômenos subordinados. Deve ser um tópico de comunicação e deve estar associado a um nível de práticas sociais.

A teoria do núcleo central é o desenvolvimento teórico mais estabelecido na estrutura e no funcionamento da representação social no contexto da abordagem estrutural. Uma representação é formada por dois sistemas de elementos qualitativamente diferentes: um núcleo central e um sistema periférico. Em suas formulações clássicas, a teoria afirma que o núcleo central inclui alguns elementos-chave que geram o significado global da representação e organizam toda a estrutura. Os elementos do núcleo têm fortes raízes históricas e ideológicas e são consensuais dentro de um grupo. É o núcleo central que define e distingue representações; Pode-se dizer que duas representações são diferentes quando pelo menos um elemento de seus núcleos não é o mesmo (WACHELKE, 2012). O sistema periférico é a parte flexível da estrutura. Não é necessariamente compartilhado dentro do grupo (ABRIC, 1994). Os elementos periféricos funcionam como *scripts* de ação adaptando as diretrizes do núcleo central a situações concretas e ocorrências específicas do objeto social. Por sua flexibilidade, uma de suas funções é proteger os conteúdos do núcleo central (NC) de contradições. Caso exista uma situação que contesta o significado dos elementos do NC, o sistema periférico é ativado e tenta justificar a contradição para resisti-la (WACHELKE, 2012).

As funções das RS incluem fornecer conhecimento sobre o objeto ao grupo, manter a identidade do grupo, orientar as ações e práticas em relação ao objeto e justificar essas práticas (ABRIC, 1994). Segundo Flament (1987), uma representação com um único núcleo central deve ser considerada uma representação social autônoma, ao passo que as representações sem um núcleo organizado encontram seus significados em outras representações relacionadas e são classificadas como não autônomas (SÁ, 1996).

Sobre a estrutura e a centralidade da teoria do Núcleo Central, a suposição mais importante é de que existe uma diferença qualitativa entre os sistemas central e periféricos. Essa distinção permite a identificação do que é de fato compartilhado dentro de uma representação e vai definir sua organização. Segundo Moliner (1994), os elementos centrais possuem duas propriedades distintas. Primeiro, possuem valor simbólico em relação ao objeto social de interesse; Elementos centrais são essenciais para manter sua identidade. Uma segunda propriedade está relacionada ao

poder associativo dos elementos centrais. Estes podem ser associados a mais elementos na estrutura, sendo mais amplos, enquanto os elementos periféricos estarão menos associados.

Para Wachelke (2012) as pesquisas de Rateau (1995b, 1995c) nos trouxeram avanços importantes na compreensão da estrutura do núcleo central. A pesquisa mostrou que há uma hierarquia de elementos no núcleo: alguns deles, chamados prioritários, são verdadeiramente incondicionais e definem o objeto, enquanto que um segundo conjunto de elementos, chamado adjunto, apesar de ter altos valores simbólicos, são condicionais. Somente elementos prioritários são essenciais para manter a identidade do objeto social.

Sendo assim, sobre o processo dinâmico de transformação de uma representação, podemos ter um elemento central tornando-se condicional e, assim, alcançando *status* periférico, ou um elemento periférico sendo "promovido" para o núcleo central. As mudanças na saliência ou ativação de elementos periféricos são consideradas mudanças menores, mas não transformações estruturais, uma vez que o sistema periférico é flexível por definição. Até agora, a única maneira de induzir mudanças de representação passa pela realização de novas práticas, geralmente provocadas por eventos ambientais.

Baseado em resultados de pesquisas, Flament (2001) formulou o modelo geral para a dinâmica das representações sociais determinada por práticas, introduzindo duas principais variáveis: a compatibilidade e a reversibilidade.

Quando as novas práticas são compatíveis com o núcleo central, não há contestação da estrutura representacional, e não ocorre uma transformação. No entanto, quando as práticas são relacionadas aos aspectos periféricos da representação, eles aumentam em ativação (GUIMELLI, 2001). Se a realização de novas práticas é percebida como reversível, logo o estado de ativação é temporário, e nenhuma transformação ocorre. Em contrapartida, se as práticas são vistas como permanentes, então os esquemas periféricos tornam-se centrais, e uma transformação progressiva acontece (FLAMENT, 2001).

Contrastando com outras escolas de representação social, que tendem a dar maior atenção aos conteúdos dos processos e configurações dos objetos, a abordagem estrutural tem por objetivo identificar estes processos e as propriedades estruturais típicas de RS, independentemente do conteúdo representacional. Segundo Wachelke (2012, p.20):

Se a explicação de um processo é determinada por ou relacionada a diferenças de conteúdos ligadas a representações diferentes, então esse processo traz pouco

interesse estrutural, o objetivo, em vez disso, é alcançar formulações que possibilitem uma generalização para classes de objetos, e que não se limitem ao entendimento de objetos isolados. De acordo com essa visão, o conteúdo é então considerado uma qualidade secundária que não é o foco da análise

Como consequência de dar privilégio a processos estruturais e tentar colocar os conteúdos de lado para alcançar uma formulação de leis relacionadas a mecanismos de funcionamento de representações sociais e a identificação de efeitos ligados a variáveis associadas, deve-se realizar pesquisa com uma variedade de objetos e apanhar processo comuns que sejam generalizáveis a uma atividade de representar comum que comanda a formação e operação potencialmente todas as representações sociais, ou de variedades específicas e identificáveis de representações sociais. Esse é o procedimento ideal que guia e avalia a pesquisa de base na teoria das RS de acordo com uma perspectiva estrutural, e que tornou possível construir um corpo de conhecimento sólido, verificável e em evolução, do qual tentamos fornecer um resumo inteligível por meio desta revisão (WACHELKE, 2012).

CAPÍTULO 3- Método:

O principal objetivo proposto neste estudo foi investigar as possíveis representações sociais de operários que trabalharam no COMPERJ sobre Risco, bem como, possivelmente identificar o núcleo central do significado das representações e seus sistemas periféricos.

Mencionamos a investigação do núcleo central da representação e seu sistema periférico, uma vez que utilizamos as Representações Sociais como recurso do arcabouço teórico da Psicologia Social. Julgamos mais adequado utilizar em nossa pesquisa a perspectiva estrutural formulada por Jean-Claude Abric no ano de 1976.

A pesquisa em Representações Sociais não privilegia nenhum método em especial, sendo, portanto, bastante amplo o leque de possibilidades. Isso não significa dizer que todos os métodos são adequados a todos os tipos de pesquisa dessa linha. É preciso considerar seu enquadramento teórico-conceitual. Segundo Sá (1996) se o objetivo fosse categorizar o método de cada vertente à perspectiva estrutural de Abric, caberia um método experimental. Sendo, portanto, o método amplamente utilizado na formulação de sua teoria.

Sá esclarece ainda que em pesquisas sobre Representações Sociais a prática mais comum é a utilização de entrevistas individuais com tratamento dos dados conhecida como Análise de Conteúdo, técnica proposta por Bardin (1979):

“A prática articulada mais comum de pesquisa – quase o ‘romeu e julieta’ das representações sociais – combina a coleta de dados através de entrevistas individuais para a técnica para o seu tratamento conhecida como ‘análise de conteúdo’. Passada que tem sido, sistematicamente, de orientador para orientando já há mais de dez anos a indicação do livro de Bardin (1979) sobre análise de conteúdo, ...” (SÁ, 1996, p. 86).

Com isso posto, sigamos então para um melhor esclarecimento do que vem a ser análise de conteúdo e a análise prototípica enquanto técnicas escolhidas para o tratamento dos dados coletados em nossa pesquisa.

3.1 - Análise de Conteúdo:

A análise de conteúdo para Bardin (2009), autora que estruturou o método, consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos *sistemáticos* e *objetivos de descrição* do conteúdo da mensagem. Com base nos estudos anteriores, Campos (2004, p. 611) define da seguinte forma, “*compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento.*”.

Além de descrever o conteúdo, as técnicas proporcionam a busca dos sentidos, aspecto ao qual retomaremos um pouco mais a frente.

Historicamente, a análise de conteúdo foi primeiramente utilizada na tentativa de interpretar os textos bíblicos para compreender suas metáforas e parábolas. Em 1940, na Suécia, aparecem citações de esboços de análise de conteúdo, na verificação da autenticidade de hinos religiosos (CAMPOS, 2004).

No entanto, foi no século XX que a análise de conteúdo começou a ser largamente utilizada, sobretudo para a análise dos artigos da imprensa da época, principalmente nos Estados Unidos. Na Primeira Guerra Mundial, um instrumento de compreensão era utilizada para analisar o uso de propagandas. Contudo, no início do uso desse método, havia uma perspectiva quantitativa, uma vez que, na época buscava-se objetividade e cientificidade e os conceitos behavioristas eram bastante aceitos. Assim o olhar deste método estava voltado, até então, para a análise do comportamento no sentido de estímulo e resposta. Em 1977, a obra “*L’analyse de contenu*” é publicada por Laurence Bardin. Nesta obra, Bardin estrutura o método de forma detalhada e por essa razão torna-se referência até os nossos dias. Antes disso, ainda na década de 1950, essa metodologia suscitava críticas e discussões sobre a validade da técnica, no sentido de que esta parecia significativamente subjetiva e com isso submetida quase que totalmente ao olhar do pesquisador. Superadas essas críticas, a metodologia é largamente utilizada atualmente (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011).

Segundo Minayo (1994), em nossos dias podemos atribuir à análise de conteúdo duas funções enquanto método de pesquisa, a primeira delas diz respeito a encontrar respostas para as hipóteses anteriormente formuladas e a segunda, para descobrir o conteúdo latente dos enunciados. Como podemos observar:

“Atualmente podemos destacar duas funções na aplicação da técnica. Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Ou seja, através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipótese). A outra função diz respeito à descoberta do que está por trás do conteúdo manifesto, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou qualitativa. (MINAYO, 1994, p.74)

Ainda em Minayo é possível chamar a atenção para as fases do trabalho de Análise de Conteúdo: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A primeira fase está relacionada à organização do material, tendo em vista os objetivos do estudo, é o momento de selecionar a unidade de registro, a unidade de contexto, trechos significativos e categorias. As unidades de registro podem ser de vários tipos, pode-se

utilizar uma palavra do texto ou algumas palavras do texto. As Unidades de contexto situam as unidades de registro em uma estrutura mais ampla. O passo seguinte é a elaboração de categorias, uma das técnicas mais utilizadas nesse método para viabilizar a discussão dos resultados.

“A segunda fase consiste na aplicação do que foi definido anteriormente, esta fase é mais longa e pode ser necessário várias leituras de um mesmo material. A terceira fase exige igualmente bastante minúcia, pois é o momento de identificar o conteúdo latente dos enunciados, “nossa busca deve se voltar, por exemplo, para ideologias tendências e outras determinações características do fenômeno que estamos analisando.” (MINAYO, 1994, p.76)

3.2 - Análise prototípica:

A perspectiva estrutural não somente aborda-se o conteúdo dos dados coletados, mas também o modo pelo qual eles apresentam-se, ou seja, sua estruturação. Assim, para essa abordagem, não apenas o conteúdo importa como dito, mas também sua forma e apresentação, bem como, a hierarquização dos termos caso existam, o que possibilita a identificação do núcleo central.

Abric (1994) buscou a investigação de métodos que possibilitassem de uma forma rápida da aquisição de conteúdo como também o conteúdo interno das representações sociais. Considerava que o método clássico de questionário e de entrevista unicamente, não dava essa possibilidade (OLIVEIRA et. al., 2005).

Abric formula então, uma técnica também baseada em produção verbal, o método da evocação livre, que segundo o autor acaba por reduzir possíveis dificuldades encontradas quando se trabalha em pesquisas sobre representações livres.

Oliveira et. al. (2005) explica que apesar dos vários significados que a palavra evocar comporta na língua portuguesa, um deles e o que nos interessa no presente trabalho está relacionado ao “ato de evocar”, ou seja, enquanto projeção mental, trazer à memória, à lembrança, algo que está presente no consciente do indivíduo. A evocação livre aproxima-se da associação livre, técnica utilizada pela Psicologia Clínica que objetiva acessar no indivíduo áreas mentais bloqueadas.

A evocação livre funciona da seguinte forma:

“No campo de estudo das representações sociais a técnica de evocação livre consiste em pedir ao indivíduo que produza todas as palavras ou expressões que possa imaginar a partir de um ou mais termos indutores, ou ainda em solicitar um número

específico de palavras, seguindo-se de um trabalho de hierarquização dos termos produzidos, do mais para o menos importante” (Oliveira, 2005, p. 575)

Oliveira ressalta ainda que a espontaneidade de caráter da técnica associado a sua dimensão projetiva contribui para acessar de maneira mais rápida, os sentidos atribuídos ao termo utilizado para designar o objeto de estudo. *“A livre associação permite a utilização de elementos implícitos ou latentes, que seriam suplantados ou mascarados nas produções discussivas”* (ibidem).

Colocando em outras palavras: *“Assim sendo, metodologicamente, a técnica de evocação livre tem por objetivo apreender a percepção da realidade de um grupo social a partir de uma composição semântica preexistente.”* (ibidem). Por esse motivo, julgamos adequada a utilização dessa técnica em nossos estudos, associada à análise de conteúdo, uma vez que ela, aplicada a estudos relacionados a grupos sociais o estudo de estereótipos sociais estabelecidos e compartilhados pelo grupo, como também perceber a dimensão que estrutura semanticamente a representação.

A partir do exposto, uma vez coletadas as associações livres nesta pesquisa, foi realizada uma análise prototípica. Esta técnica foi formulada por Vergés (1992) e sua realização pressupõe duas etapas, na primeira delas realiza-se o cálculo da frequência e da ordem das evocações e a segunda etapa elabora categorias a partir das evocações, bem como avalia sua frequência (WACHELKE e WOLTER, 2011).

3.3 - Técnicas, Instrumentos e procedimentos:

A técnica utilizada foi a evocação livre, já descrita anteriormente. A evocação livre foi proposta enquanto tarefa em um questionário formulado no sentido de coletar os dados pertinentes ao estudo, referentes à representação social do risco para operários que trabalharam no COMPERJ. Para facilitar a coleta, entendemos que o instrumento deveria ser objetivo, sem, portanto, ferir os critérios estabelecidos para obtenção dos resultados.

Utilizamos em um mesmo instrumento um questionário misto com 11 perguntas fechadas e 6 perguntas abertas, além da tarefa de evocação livre, considerando que a associação da duas técnicas são comulmente utilizadas em pesquisas, como encontramos em Oliveira et. al. (2005).

3.4 - Composição da amostra e critérios de elegibilidade:

Para atingirmos o objetivo, a pesquisa se realizou com 60 sujeitos, cujo critério de elegibilidade consistiu em ter trabalhado no COMPERJ. Os entrevistados foram acessados aleatoriamente conforme a disponibilidade para a pesquisa. As entrevistas foram realizadas em uma sala cedida pelo SINE/Itaboraí (Sistema Nacional de Emprego) e na sede do SINTRAMON (Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial do Município de Itaboraí). Auxiliado por funcionários locais, os entrevistados eram convidados a participar da pesquisa enquanto aguardavam na fila destes órgãos, posteriormente acabavam por indicar colegas para também participar e colaborar com a pesquisa.

3.5 - Tratamento dos dados:

Os dados obtidos através dos questionários em perguntas abertas e fechadas foram analisados com a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009), levantados em categorias de análise a partir do material. Veremos detalhes mais à frente.

Já o material colhido através da técnica de evocação livre, foi submetido à análise com o auxílio do programa de computador EVOC 2003 (Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations). Oliveira et al. (2005) apoiada em Vergés (1999, p.580) ressalta o EVOC enquanto *recurso informático, apresenta um grande auxílio na organização dos dados, particularmente na identificação da discrepância derivadas da polissemia do material coletado e na realização dos cálculos das medidas – simples e ponderadas – para a construção do quadro de quatro casas.*

A inserção no campo teve diversos obstáculos, com a crise que atingiu o COMPERJ em 2015, a tarefa de encontrar sujeitos ligados ao trabalho nesta unidade foi dificultada, uma vez que a possibilidade de entrar no local e entrevistar os operários ativos em seus postos teve de ser descartada. Porém com a colaboração do SINTRAMON e SINE foi possível encontrar um número de ex-funcionários da refinaria que permitiu dar prosseguimento a este estudo. Os operários apresentaram em sua maioria disponibilidade em colaborar. Como estavam sem nenhum vínculo com o COMPERJ ou outro trabalho, as entrevistas tiveram pouca resistência e correram de forma tranquila em ambiente fechado e confortável. Por vezes, eles tinham dificuldade de compreensão da tarefa de evocação livre proposta na entrevista e eram necessários alguns exemplos (com outro termo indutor). Em alguns casos, após a entrevista, a pesquisa desencadeou conversas sobre o tema, uma vez que sem vínculos institucionais e com a garantia de sigilo fornecida na assinatura do TCLE se sentiam a vontade para relatar

experiências e casos de acidentes de trabalho. Foram entrevistados 60 sujeitos, todos do sexo masculino. A escolaridade da amostra se dividiu entre fundamental completo, médio completo e nível técnico completo, contando com 2 entrevistas de nível superior completo. A média de idade entre os entrevistados foi de 39 anos.

Foi feito o tratamento dos dados pela análise prototípica, que também é conhecida como análise das quatro casas ou análise de evocação. Baseados em Vérgees (1992), Wachelke e Wolter (2011) esta análise apresenta duas etapas para a realização da leitura dos dados:

“... a primeira, chamada análise prototípica, baseia-se no cálculo de frequências e ordens de evocação das palavras, enquanto que uma segunda etapa centra-se na formulação de categorias englobando as evocações e avalia suas frequências, composições e co-ocorrências.” (WACHELKE & WOLTER, 2011: 521)

Em nosso estudo seguimos as etapas descritas, iniciando com a apresentação do quadro de quatro casas para a apresentação da ordem de frequência e aparição e em seguida a leitura do resultado apresentado no cálculo.

CAPÍTULO 4 – Contexto da Pesquisa

A coleta dos dados foi realizada no município de Itaboraí (primeiro semestre de 2017), onde encontra-se o COMPERJ. Localizado num terreno de 45 milhões de metros quadrados, no município de Itaboraí, o COMPERJ, trouxe indústrias de 1ª e 2ª geração para processar cerca de 300 mil barris/dia de óleo pesado. O projeto ainda contaria com indústrias de 3ª geração dos municípios vizinhos que estão ao longo do arco rodoviário, ligando Itaboraí ao porto de Itaguaí. Esse investimento inicia uma nova fase de relação política entre o estado do Rio de Janeiro e o governo Federal que possibilitará mudanças socioespaciais expressivas no território fluminense.

Projetos da magnitude do COMPERJ são capazes de construir uma nova realidade definindo a região sob sua influência, ligando o local ao nacional e internacional, rompendo o quadro regional que o antecedeu, no intuito de torna-lo, cada vez mais, funcional à economia mundializada. O espaço em questão, torna-se um “meio” inovador, que agrega relações estabelecidas entre o empreendimento, a mão-de-obra, a infraestrutura e o seu contexto geográfico.

No primeiro semestre de 2006, a Petrobrás e o Governo Federal anunciaram a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, que contava com um investimento em seu valor inicial de cerca de 15 bilhões de reais. O argumento principal utilizado pelo governo para justificar tal investimento era que, com esta nova refinaria a Petrobrás e toda a planta produtiva da indústria petroquímica nacional economizariam cerca de 5 bilhões de reais por ano, devido à ampliação do refino de petróleo pesado e ao aumento da produção e exportação de produtos de maior valor agregado da indústria petroquímica. Havia também, o argumento de que toda a região seria afetada pelo desenvolvimento.

A principal área afetada foi a cidade de Itaboraí. Sede do COMPERJ, que contava até o ano de 2009 com 200 mil habitantes sendo que 2/3 não tinham acesso aos serviços básicos de esgoto e saneamento. Em 2010 a população teve um salto para 300 mil habitantes, e um estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro apontou que o COMPERJ atrairia entre 300 e 700 indústrias para o município nos cinco anos seguintes (FIRJAN, 2008).

Para Bastos, Rosa e Pimenta (2016) todo o processo de alteração das relações sociais e naturais da região que o desenvolvimento da indústria petrolífera ocasiona, especialmente em seus aspectos destrutivos, são acompanhados por uma ampliação dos mecanismos de controle

do capital sobre o trabalho, ou, em outras palavras, do empresariado sobre a sociedade. Um investimento como o Comperj, que já ultrapassou os 35 bilhões de reais, que contempla a construção de uma unidade de refino com capacidade para mais de 300 mil barris por dia, além da instalação de centenas de indústrias petroquímicas que necessitam da matéria-prima que deriva do petróleo (foi estimado que mais de 500 empresas se instalariam no local implicando uma forte organização do controle sobre os processos de trabalho e sobre os trabalhadores)

A chamada área de influência do Comperj engloba duas grandes zonas. Uma chamada de Região de Influência Direta, que incorpora os seguintes municípios: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá. E a chamada Região de Influência Ampliada que incorpora os municípios de Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, Saquarema, Silva Jardim, Teresópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia.

O mapa da Figura 2 abaixo nos mostra a relação entre a constituição de uma região – leste fluminense – e a constituição de um complexo industrial como o Comperj.

Figura 2 - Área de Influência do COMPERJ



Fonte: <http://www.comperj.com.br/>.

4.1 As Greves, a Crise, a Operação Lava-Jato e suas consequências.

O conjunto de greves realizadas ao longo da construção do Comperj acompanhou as flutuações intrínsecas à construção de um mega empreendimento. Uma grande quantidade de empresas se articularam desde a concepção do projeto até a realização das obras gerando inúmeros conflitos entre as empresas com relação à prazos, custos, financiamento e conflitos com os trabalhadores. Para Mészáros (2002), o movimento geral das lutas dos operários se entrelaça com o movimento geral de acumulação e centralização de capitais. O momento em que os capitais se desenvolvem produtivamente é o momento em que se acentuam as greves com ganhos reais de salário.

Esse período ascendente de acumulação dos capitais produtivos seria seguido por um período recessivo de diminuição drástica dos investimentos estatais. O cenário recessivo, com grande número de demissões, apresenta um panorama distinto para as greves e ações sindicais. A recontração de trabalhadores demitidos, o pagamento de direitos, etc, são inseridos na tradicional pauta salarial. O momento da viragem político-econômica, de uma tonalidade ascendente de acumulação dos capitais produtivos para uma descendente, é o momento em que se aguçam as lutas operárias do Comperj.

A situação é levada ao paroxismo no ano de 2015 em que, devido as fortes implicações da investigação aberta contra a Petrobrás em 2014, chamada operação Lava-Jato, e à queda brusca do valor do petróleo internacionalmente (saindo de mais de 100 US\$ o barril em 2013 para pouco mais de 50 US\$ em 2014/15), a Petrobras anuncia que não fará mais investimentos no Comperj.

Diferentemente de outras indústrias no Brasil, a petroquímica teve um movimento ascendente regular ao longo das últimas décadas¹ além de, a Petrobras chegar a ser a terceira maior empresa do setor e a quarta maior empresa mundial em 2010. Isto gerou o interesse de muitos outros capitais, diretamente buscando obter lucros e ações; e indiretamente, como fornecedores de produtos e serviços para a empresa. Estes dois modos de manifestação dos interesses de outros capitais sobre os lucros gerados a partir da Petrobras são decisivos para entendermos a trama recente que levou à total paralização do Comperj.

¹ Petróleo e Gás. In: Perspectivas de Investimento em 2013. BNDES. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/02_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PETROLEO_E_GAS.pdf

Deflagrada em março de 2014 a Operação Lava-Jato² tinha, inicialmente, a finalidade de investigar um esquema de lavagem de dinheiro. A doação de um carro avaliado em 250 mil reais de Alberto Youssef, um dos principais suspeitos, para o então diretor Paulo Roberto Costa, fez com que o escopo das investigações se ampliasse para a relação entre o doleiro e algumas empresas fornecedoras da Petrobras.

Justamente por impedir a continuidade dos negócios, a investigação tornou a situação financeira das empresas fornecedoras da Petrobras mais difícil. A situação destas agravou-se quando a Petrobras anunciou que iria afastar temporariamente de suas licitações as empresas dos 23 grupos citados na Operação Lava Jato. Porém, uma vez que estas empresas são os principais (quase únicos) fornecedores de serviços em engenharia e construção para a Petrobras, em um mercado extremamente centralizado por essas mesmas companhias, romper com estas empresas significava romper com todos os tradicionais fornecedores da Petrobras que atuam em quase todas as obras que estão sendo realizadas. Ou seja, todo andamento das obras, como o caso das refinarias estaria comprometido a partir deste afastamento. Novos processos de licitação, com suas ínfimas minúcias, condições, etc, teriam de ser aberto para continuar as obras, sem mencionar a dificuldade de empresas diferentes concluírem empreendimentos que foram planejados e começados por outras empresas.

Desde 2013, diversas empresas em dificuldades financeiras, entre elas companhias envolvidas na Lava-Jato, enfrentaram problemas com a Petrobras e acabaram por ter seus contratos rescindidos. A estatal terá de relimitar uma série de serviços, incluindo obras na refinaria de Pernambuco e a construção de módulos das plataformas do pré-sal. Segundo o executivo de uma empreiteira, só o contrato para o pacto de obras de interligação das unidades de produção do Comperj é estimado em R\$ 700 milhões. O bloqueio anunciado pela Petrobras gera dúvidas no mercado sobre quais empresas vão executar os serviços pendentes.³

A situação no canteiro da obra, se torna um desastre. Muitos trabalhadores foram demitidos com os desdobramentos deste último ciclo. Somente a empresa Alumini, (antiga Alusa – empresa contratada para realizar a primeira unidade de refino do COMPERJ) anunciou a demissão de mais de dois mil e quinhentos trabalhadores. Os trabalhadores desta empresa estavam desde dezembro sem receber os salários.⁴

² Entenda a Operação Lava-Jato . In: Folha de São Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operação-lava-jato-da-polícia-federal.shtml>

³ Suspensão de empreiteiras traz incertezas a obras da Petrobras. Valor Econômico. 02/01/2015

⁴ Alumini oficializa demissão de 2,5 mil do Comperj. Valor Econômico. 23/03/2015

Segundo informativos do Sintramon, representante sindical dos trabalhadores do Comperj, no Boletim da Montagem Industrial, de fevereiro de 2015, a situação grave dos trabalhadores da Alumini só poderia ser resolvida com a Petrobras. Este também foi o entendimento do Ministério Público do Trabalho que mandou bloquear 13,2 milhões de reais da Petrobras para pagamento de salários atrasados e verbas rescisórias aos quase três mil trabalhadores da Alumini. Muitos trabalhadores ficaram mais de cinco meses sem receber seus salários e muito menos os seus direitos. Somente no dia 23 de março que os trabalhadores puderam ter acesso a uma parte de seu FGTS.

As lutas contra a Alumini no ano de 2014/15 foi intensa. Desde dezembro que muitos trabalhadores reclamavam que não haviam recebido seus salários. Outros que haviam sido demitidos não recebiam seus direitos. A empresa teve suas contas bloqueadas devido a uma ação do Ministério Público com relação a conflitos trabalhistas na refinaria de Abreu e Lima. Isto, segundo a empresa, impediu-a de pagar os salários, as férias e os direitos de funcionários demitidos no Comperj. No dia 08 de janeiro de 2015 os mais de 2,5 mil trabalhadores da Alumini realizam um ato impedindo a entrada no Comperj e instauraram um piquete que durou mais de uma semana. O protesto era contra o corte no fornecimento do transporte para o complexo, o atraso no pagamento de salários, vale alimentação, plano de saúde e benefícios. Os demitidos também reivindicavam a última parcela do acordo feito com o MPT. No dia 14 desse mesmo ano, os trabalhadores da Alumini realizaram uma marcha até o Ministério Público do Trabalho e lá ocorreria uma reunião de negociação entre Alumini, a Petrobrás e o Sintramon.

A situação perde os freios quando a Petrobras anuncia que irá adiar o início do complexo petroquímico Comperj por, pelo menos, mais dois anos, implicando em mais de 10 mil novas demissões⁵.

Em janeiro de 2015 além da Alumini, o Consórcio CPPR (UTC, Odebrecht e Mendes Júnior) iniciou a desmobilização de sua mão de obra com mais de 1,6 mil trabalhadores sendo dispensados. Segundo o Siticon, antigo representante sindical dos trabalhadores do Comperj, em janeiro de 2015 cerca de 10 mil trabalhadores ainda estavam vinculados à obra (para comparar o Comperj, possui em média 30 mil trabalhadores na construção) e em março eram

⁵ Petrobras atrasará projetos e pode demitir até 10 mil trabalhadores, diz fonte. Bloomberg. 30/12/2014. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/bloomberg/mercados/noticia/3780260/petrobras-atrasara-projetos-pode-demitir-ate-mil-trabalhadores-diz-fonte>

apenas 4,5 mil. Segundo boletins do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial da Cidade de Itaboraí, o Sintramon, que hoje é a entidade sindical que responde pelos trabalhadores do Comperj, no mês de outubro uma queda abrupta nas contratações e uma forte ampliação das demissões passou a incomodar o sono dos trabalhadores. As empresas estariam segurando as novas contratações devido às implicações das operações de investigação da polícia federal.

CAPÍTULO 5 - Resultados

5.1 – Análise da tarefa de evocação:

Representações sociais dos operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro sobre Risco (n=60)

Ordem média de evocação = 2,5

Acidente	31	2,54	Morte	22	2,77
Frequência média ≤ 22			Frequência média ≤ 22		
Queda	12	2,41	Desemprego	11	2,90
Explosão	09	2,22	Machucar	07	3,41
			Prevenção	07	2,57

Frequência mínima ≤ 7

Neste estudo, consideramos cada quadrante como uma categoria de análise. No quadrante superior esquerdo, encontramos as informações que nos levam a indicar o provável núcleo central desta representação, ou seja, foi o termo que apresentou uma alta frequência e uma baixa ordem de aparição, isso significa dizer que este termo foi mais prontamente acessado e o que mais apareceu (Wachelke e Wolter, 2011).

A técnica da evocação livre tem por intuito apreender a realidade em um universo semântico já existente em um grupo social (Oliveira et. al., 2005), em nosso caso específico permite perceber as dimensões estruturantes do universo semântico da representação social do Risco para ex-trabalhadores do COMPERJ. Vejamos a leitura dos dados obtidos a seguir:

A palavra ACIDENTE, como podemos observar no quadro acima, aparece com uma frequência de 31 aparições nos levando a supor que consiste no provável núcleo central dessa representação. Podemos dizer, com base em Abric (2001b), que o núcleo central de uma

representação é determinado pela natureza do objeto representado, bem como pelas relações que o grupo mantém com este objeto, cerceado por um sistema de valores e normas sociais que constituem o ambiente no qual se encontram. É a parte mais consistente e menos móvel de uma representação.

Assim, o acidente é a principal marca que aparece em relação à ideia de risco no entendimento dos operários do COMPERJ. O que é corroborado mais adiante com algumas falas coletadas na segunda parte do questionário na ocasião da análise de conteúdo.

As zonas subsequentes estão relacionadas a elementos de caráter mais periféricos. A primeira periferia comporta os termos que ocorreram em alta frequência e em alta ordem de aparição (WACHELKE & WOLTER, 2011). O sistema periférico de uma representação possibilita maior maleabilidade, podendo haver a construção de compreensões mais individualizadas que sejam moldáveis às construções cotidianas mais imediatas, com isso pode comportar uma heterogeneidade de conteúdo e de comportamento (ABRIC, 2001b).

Em nossa primeira periferia encontramos o termo MORTE com 22 de frequência, essa frequência diz respeito não só a ideia da fatalidade (que pode ser mais atrelada ao elemento ACIDENTE do primeiro quadro), mas também do processo de morrer, e das perdas que isso implica para a família da vítima principalmente. Por estarem diretamente dependentes do contexto, os elementos deste quadrante resultam da ancoragem da representação na realidade, que aqui pode ser exemplificada com o testemunho de acidentes fatais.

“quando se trabalha com obras grandes assim, quando você não vê um acidente com morte, você fica sabendo de histórias, mas sempre tem”

É no terceiro quadrante, onde encontramos a zona de contraste. O elemento QUEDA foi agrupado de evocações de comportamentos/ações que poderiam originar um acidente, como *cair, escorregar, derrapar, cair de altura*. Assim agrupados estes elementos ressoaram como significativos bem como o elemento EXPLOÇÃO que fala sobre um sentimento de medo constante dada as particularidades do campo em que se encontram (apesar de todas as normas, equipamentos e procedimentos de segurança).

Os Elementos Periféricos da segunda periferia/ultimo quadrante encontrados foram: DESEMPREGO, MACHUCAR e PREVENÇÃO. É nesta periferia que podemos observar o princípio de mudança desta zona, uma vez que temos a presença do termo DESEMPREGO que aparece com uma ordem de aparição de 11 repetições, enquanto os termos MACHUCAR e PREVENÇÃO aparecem com uma ordem de 07 repetições. A forte crise que paralisou o

COMPERJ no último ano e permanece desde então, trouxe um novo elemento que se diferencia dos demais apresentados nos quadrantes. Enquanto MACHUCAR engloba termos ligados a incidentes e pequenos acidentes e PREVENÇÃO é evocado a partir da relação com as práticas de prevenção e segurança, treinamentos e palestras sobre risco e acidente, o termo DESEMPREGO não faz parte deste universo semântico e traz uma forte carga, mostrando que o fato destes operários estarem desempregados configura em si um risco para suas vidas, trazendo ansiedade e preocupação sobre o futuro incerto.

A entrada de um termo não diretamente associado ao universo de risco de uma refinaria mostra como a situação toma contornos graves tendo em vista o Núcleo Central desta representação o elemento de MORTE. As consequências do DESEMPREGO desestruturam famílias e as coloca em situações de extrema necessidade e até miséria como podemos observar neste depoimento sobre a relação do operário e o Risco:

“...o risco não só de se acidentar, mas de se machucar pelo maquinário... mas o risco agora né de ficar desempregado, difícil... falta comida to com meus filhos em casa...”

A indústria do petróleo que outrora era um campo que atraía trabalhadores com a promessa de uma boa remuneração e até emprego certo, hoje tem justamente o oposto como um elemento de risco.

5.2 – Análise de Conteúdo: Categorização.

O estudo qualitativo em representações sociais possibilita-nos tomar contato com o universo das representações dos sujeitos sobre um determinado objeto. É por meio do estudo qualitativo que apreendemos dos sujeitos as diversas representações de seu mundo. Essa primeira etapa de pesquisa cumpre o objetivo de um primeiro contato com as Representações Sociais em sua forma mais expressiva, que é o conteúdo discursivo dos agentes pertencentes ao grupo social. Os discursos submetidos ao método analítico, análise de conteúdo, levam-nos à formação de classes e subclasses de representação que devem ser interpretadas à luz das teorias estudadas, a fim de que possamos separar o que é de conteúdo representacional, socialmente elaborado, do que é proveniente do Universo Reificado das Ciências. Conforme Oliveira e Werba (2005), a teoria das Representações Sociais obriga-nos a pensar, exige muito trabalho de interpretação e reinterpretação, e coloca-nos à frente de dicotomias, de conflitos e do desconhecido.

5.2.1 – Como foi Trabalhar no COMPERJ:

Em nossa análise optamos por selecionar as demais categorias de análise de acordo com as questões abordadas no decorrer do questionário aplicado no intuito de facilitar a compreensão. Desse modo, o material coletado pode ser apresentado de maneira mais clara e objetiva. A primeira delas tinha por objetivo perceber como foi a experiência de trabalhar no COMPERJ, uma vez que a unidade de refino já recebeu mais de 30.000 trabalhadores de diversos estados com diferentes currículos, idades e experiências, seja da área de Petróleo&Gás ou outra.

Categorias	Questionários	Porcentagem	Subcategorias	Unidades de Registros
Como foi trabalhar no COMPERJ	60	61,9%	Experiência Positiva: Aprendizado, Boa Remuneração, Benefícios Boas relações e Networking	65
		22,8%	Experiência Negativa: Atraso de Salários, Desemprego, Crise e Risco	24
		5,7%	Identidade e Oportunidade	6
		9,6%	Adaptação, Fiscalização, Improviso, Mudança, Segurança do Trabalho	7

Tabela 2: Trabalhar no COMPERJ

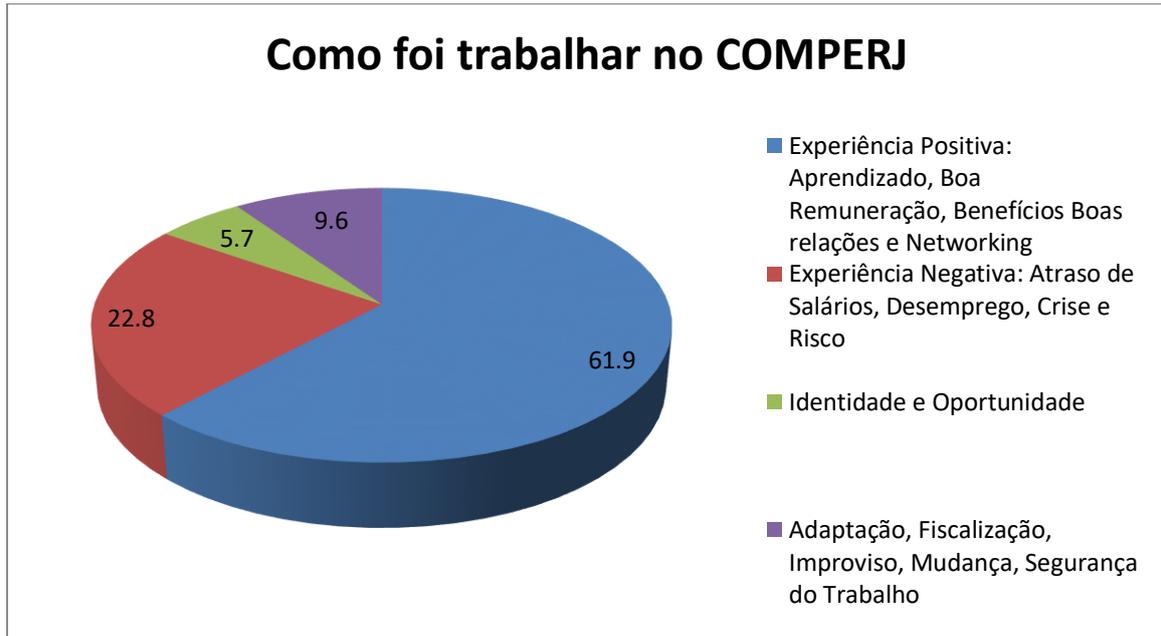


Gráfico 1: Trabalhar no COMPERJ

Ao observarmos os dados apresentados podemos perceber que a questão sobre "Como foi trabalhar no COMPERJ" acabou por gerar quatro subcategorias (duas principais) que estruturam a experiência do operário. A Primeira subcategoria que emerge é das Experiências Positivas, relatando o emprego na obra do COMPERJ até com certo saudosismo e com esperanças de voltar a trabalharem no local, tendo em vista as grandes mudanças que muitos trabalhadores fizeram para terem trabalhado na unidade. Trabalhar no COMPERJ foi, sobretudo uma forma para muitos destes operários adquirirem mais experiências e se qualificarem para o mercado de trabalho. Os salários em geral acima da média e a oferta de benefícios foram dados que também sobressaíram nos relatos.

"Uma experiência maravilhosa, porque aprendi muitas coisas que posso ajudar no meu dia a dia, questões de ferramentas de trabalho e até de aprender a lidar com situações"

A união frente aos riscos do trabalho faz com que o operário em suas defesas coletivas (DEJOURS, 1992) acabe por se unir e os laços sociais partilhados uma vez na refinaria, permanecem em forma de networking,

"Fiz amizades que hoje estão me ajudando a arrumar um novo emprego"

Ainda sobre o aprendizado, há uma tendência à inevitabilidade das falhas. No entanto, sempre é possível extrair algum aprendizado com essas falhas e, com isso, ocorre a evolução

dos seres humanos e uma conseqüente sistematização, o que colabora para que evitem novas ocorrências.

Os eventos acidentais significam oportunidades para a evolução dos sistemas, devido às lições aprendidas. O risco pode ser interpretado como algo que possibilita a evolução humana. Por outro lado, a retenção de conhecimento contribui para o aumento dos riscos existentes, uma vez que não são disseminadas as situações de perigo que podem comprometer instalações e pessoas. Não se deve pensar no indivíduo, mas no coletivo, que é afetado pelas situações de perigo existentes. Assim, o conhecimento deve ser partilhado, para que o sistema possa evoluir de forma mais homogênea.

Organizações que aprendem são menos punitivas e buscam o aprendizado em todas as oportunidades. A dinâmica do trabalho em uma indústria complexa demanda capacidade bastante ampla, e é essa capacidade que faz o indivíduo se destacar e pertencer ao grupo social (BLEY, 2011)

Para Dejours (1992), a demanda do trabalho em uma indústria complexa se caracteriza e se objetiva na busca do estrito controle dos processos. O temor de um risco não conhecido é elevado, o que demanda grupos coesos que possuam um linguajar próprio (jargões) e a busca por uma intimidade que aproxime os indivíduos mesmo fora do local do de trabalho.

A estratégia defensiva adotada é a da circulação do conhecimento; um conhecimento novo deve ser repassado o mais rápido possível para que outros possam ter posse da nova variável.

“Você aprende muito com a parte de Saúde e Segurança do Trabalho lá dentro. Tinha DDS direto!”

Nas experiências negativas, houve relatos desde o estresse por trabalhar sobre pressão, problemas interpessoais, atraso de salário e desemprego, a questão dos riscos e acidentes de trabalho, porém foi pouco citada dado todo trabalho de SST que foi desenvolvido no COMPERJ.

5.2.2 – Qual a relação com Risco?

Categorias	Questionários	Porcentagem	Subcategorias	Unidades de Registros
Relação com Risco	60	40,4%	Prevenção	34
		20,2%	Presença Constante	17
		22,6%	Riscos Específicos do Trabalho/Carg o	19
		10,7%	Acidente	9
		5,9%	Respeito	5

Tabela 3: Relação com Riscos

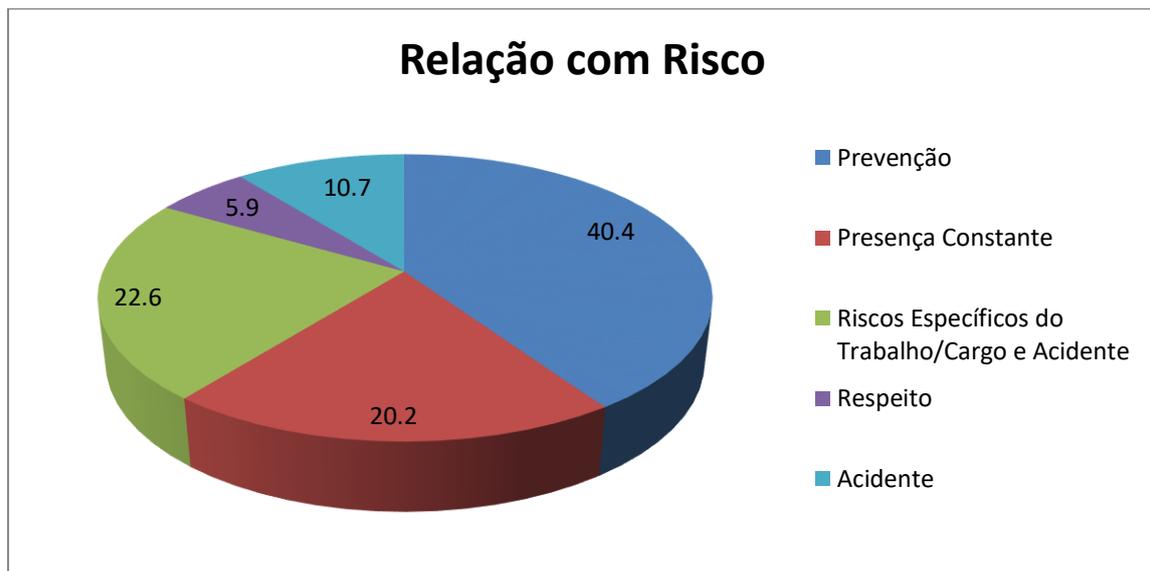


Gráfico 2 – Relação com Risco

As subcategorias criadas a partir da categoria ‘Relação com Risco’ nos permite perceber que as práticas de prevenção, que nesse caso são um agrupamento de: Seguir as Normas, Cuidado, Atenção, Manutenção de Equipamentos, Uso de EPI, Pensamento Estratégico, enfim uma série de atitudes que se configuram como práticas de comportamento seguro, que pode ser definido por meio da capacidade de identificar e controlar os riscos da atividade, resultando assim na redução da probabilidade de consequências indesejáveis no futuro, para si e para o outro (BLEY, 2011).

“Nós precisamos nos cuidar e cuidar do outro a segurança do risco não pode ser só minha ou sua ela tem que ser minha e sua só assim da pra evitar ao máximo os perigos... evitar o risco”

Dela Coleta (1991) reitera a importância do contexto para os padrões comportamentais obtidos no que diz respeito à prevenção de acidentes de trabalhos. É possível afirmar que, no âmbito dos fatores relativos aos acidentes de trabalho, cabe o exame da influência das atitudes e dos comportamentos humanos na sua prevenção. Sendo assim, o conjunto de variáveis do fenômeno do comportamento que precisa ser estudado é aquele que caracteriza sua dimensão preventiva. Isso remete a uma análise das condições de segurança da conduta do trabalhador, uma vez que prevenir é uma dimensão do comportamento de trabalhar, principalmente quando estamos falando de operários de uma refinaria.

Temos ainda em Geller (2001), um expoente da Psicologia da Segurança, que um contexto organizacional favorável à prevenção se caracteriza por ter o cuidado como atitude primordial. Essa cultura favorável é definida como aquela em que ocorre o que ele chama de ‘cuidado ativo’. Cuidar de si, cuidar do outro e deixar-se cuidar pelo outro podem ser considerados como sendo um tripé no qual se sustenta uma cultura organizacional que tem como característica essencial a prevenção (cultura de Segurança e Saúde Ocupacional). A característica preventiva pode ser identificada nos mais diferentes processos de uma organização como no planejamento estratégico, nas políticas corporativas, nas definições orçamentárias, nos treinamentos e nos processos internos.

“Você tem que ter o pensamento estratégico, o risco é algo que pode acontecer de ruim com você, mas se você tem estratégias, usa o equipamento, previne, checa se está tudo direito aí você consegue evitar o risco”.

Dessa forma, é possível criar um ambiente favorável ao aparecimento de comportamentos considerados preventivos não só por parte dos indivíduos, mas também dos pequenos grupo/setores, das lideranças e também da cúpula da organização.

A Presença Constante como outra subcategoria de destaque é composta pela ideia de que o Risco está presente em todo momento, durante a jornada de trabalho dos operários, para alguns até mesmo fora do COMPERJ.

“O tempo todo, no meu trabalho o risco é constante ta la o tempo todo aí vc tem equipamentos e estar atento o tempo todo pra evitar qualquer tipo de acidente ou incidente algo que venha a causar algum dano a você ou a outras pessoas que estejam ali em volta”

“Risco é tudo... a vida é um risco, a todo mundo temos o risco na nossa volta...”

“Risco a gente tem que ter cuidado, eu to preocupado com a minha família, tem o risco de não poder pagar as contar, tem o risco do trabalho, tem o risco em tudo”

Dejours (1992) em seu livro “A Loucura do Trabalho” aborda extensivamente as consequências da presença constante do perigo na vida do trabalhador, e da mobilização de estratégias defensivas a fim de que possa concretizar seu trabalho, uma vez que: “O risco confirmado pelos acidentes, cujo caráter imprevisível é ressaltado pelas pesquisas a respeito, é fonte de uma ansiedade específica, inteiramente a cargo do trabalhador” (ibidem, p. 65). Essa ansiedade vivida individualmente, mas que se encontra e reflete em todo coletivo do campo desta pesquisa, pode se equiparar ao medo, já que temos em jogo perigos relacionados à integridade física do sujeito, a possibilidade de acidente que se estende desde queimaduras, fraturas, ferimentos até a morte.

A subcategoria Riscos Específicos do Trabalho/Cargo e Acidentes trouxe os medos específicos das funções entrevistadas, como por exemplo, um técnico eletricitista ao mencionar os perigos de choque elétrico, ou de um marleteiro quando diz:

“A todo o momento, você ta ali na britadeira, tem o barulho, o risco da poluição sonora, limite de decibéis...”

A causa material do dano físico pode ser um incêndio, uma explosão, um escapamento de gás tóxico, um acidente de descompressão, circunstâncias atmosféricas, irregularidades no funcionamento de um instrumento ou de uma máquina. Podemos descrever diversas características destes riscos: o risco é exterior e na maioria das vezes inerente ao trabalho; independente da vontade do trabalhador. Por outro lado, frequentemente (mas nem sempre) o risco é coletivo: numa refinaria um escapamento de gás pode provocar a intoxicação ou morte de vários trabalhadores por exemplo. Para o autor:

...mesmo se o risco é combatido por medidas e regras de segurança, ele quase sempre conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho, seja devido à limitação dos investimentos necessários, seja porque o risco ou suas manifestações são mal conhecidos. É o caso das indústrias que operam em fluxo contínuo, onde muito frequentemente é um acidente que revela a existência de um

risco até então desconhecido. São eficazes apenas as medidas de proteção chamadas de “proteções coletivas” – por exemplo: as telas de proteção ao longo dos andaimes. Quase sempre se propõe aos trabalhadores apenas as medidas preventivas individuais, que podem ter um caráter material (dispositivo de proteção) ou um caráter psicológico (regras de segurança). Às vezes, o próprio risco continua, sem que nenhuma prevenção seja colocada à disposição dos operários. (DEJOURS, 1992, p. 64)

De qualquer maneira, o que caracteriza o risco residual que não é completamente eliminado pela organização do trabalho, é que deve ser assumido individualmente. O problema do medo no trabalho surge desta oposição entre a natureza coletiva e material do risco residual e a natureza individual e psicológica da prevenção a cada instante de trabalho

Se a relação corpo-condições de trabalho muitas vezes é estudada de forma correta (ergonomia), ao contrário, nunca se faz menção da repercussão do perigo real a nível mental, da carga psíquica inerente ao trabalho perigoso que, entretanto, faz parte do desgaste na vida do sujeito (DOMINGOS & LINS, 2015). O medo pelos riscos pode ser amplificado pelo desconhecimento dos limites deste risco ou pela ignorância de métodos de prevenção eficazes.

Na coleta dos dados desta questão, foi possível observar no discurso dos operários que trabalharam no COMPERJ, uma ansiedade velada, a necessidade de constante atenção faz com que ela se seja naturalizada, mantendo assim, um sofrimento silencioso. Dejours (1992) fala desse processo como: “tensão nervosa” que compreende os efeitos da vigilância, da tensão de concentração, da memorização etc; como um acúmulo de cargas psicossensoriais que permanecem ali enquanto o sujeito está naquele ambiente (e em alguns casos evadindo para fora do trabalho também).

“O risco deixa a gente nervoso... com o clima de pressão as vezes, chega em casa e aquilo tá lá porque sabe que no dia seguinte vai ter denovo”

A realidade do operário do COMPERJ não se distânciava da realidade de algumas fábricas da França na década de 80:

Na realidade no discurso dos trabalhadores, é primeiramente a ansiedade que domina. Raramente constata-se um estado de sofrimento resultante de uma sobrecarga de trabalho ou de uma carga psicossensório-motora muito elevada. Ao contrário, muito frequentemente – este não é o aspecto menos paradoxal das pesquisas – os trabalhadores não hesitam em esclarecer que, definitivamente, estão pouco ocupados por suas atribuições e longe de serem sobrecarregados. Há tempo suficiente para discutirem entre si, organizarem jogos, fazerem palavras cruzadas etc., até durante o tempo que passam no posto de trabalho. Entretanto, mesmo durante as atividades onde a carga de trabalho é pouco elevada (mas nunca eliminada, pois sem esforço aparente os operadores continuam a identificar os ruídos específicos de certos alarmes), os trabalhadores jamais abandonam a “tensão

nervosa”. “Enquanto estamos na fábrica mesmo quando não estamos trabalhando, nunca ficamos descontraídos”. (dejours, 1992, p. 68)

Os operários tem noção de que as medidas de segurança não evitarão todos os acidentes. Obrigar que eles as coloquem em prática é, também por um lado, lembrar-lhes que o perigo existe mesmo e, num possível efeito rebote, tornar as tarefas ainda mais difíceis, pois as carregaria de mais de ansiedade. Se por um lado temos a possibilidade deste efeito contrário, por outro, a consciência aguda do risco de acidente obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que ele se tornaria ineficaz do ponto de vista da produtividade.

Esse estado de alerta pode parecer sadio e para alguns até uma conquista, mas a linha é tênue e a ansiedade pode vir a ser o estigma psíquico do risco que a hostilidade das condições de trabalho impõe ao sujeito. Dentro de uma leitura psicodinâmica é necessário que haja a possibilidade de descarga dessa atividade, a fim de manter o equilíbrio e impedir o avanço do adoecimento psicológico.

Por fim, temos a subcategoria Respeito, que contou com uma baixa unidade de registro e agrupou relatos de que o operário tinha pouca relação com o risco, apenas uma breve noção, ou respeito como foi colocado, sem associar a nenhuma prática preventiva, de segurança ou a possíveis riscos de seu trabalho.

“Como eu já trabalho bastante tempo com isso, eu já conheço os riscos do trabalho e já me dou bem com eles, mesmo com o risco eu mantenho trabalhando porque preciso do dinheiro.”

Existe uma noção da existência, mas não há nenhuma implicação, é possível que haja uma tensão nervosa, que foi naturalizada nesses relatos.

5.2.3 – Acidente de trabalho – sofreu ou testemunhou

Sofreram Acidente	04
Testemunharam Acidente	19
Não Sofreram Acidente	55
Não Testemunharam Acidente	19

Tabela 4: Acidente de trabalho – Sofreu ou Testemunhou

Mesmo que os trabalhadores não estejam mais vinculados ao COMPERJ, falar sobre acidente de trabalho de forma direta sempre traz um certo anseio ao entrevistado. Embora somente 4 entrevistados tenham relatado que sofreu um acidente de trabalho, dentro dos 55 que afirmaram não terem sofrido acidente de trabalho relatam:

“Não... cortei uma vez o dedo mas foi só um corte”

Existem ainda os elementos que não são verbalizados, neste caso eles compõe a Zona Muda das Representações Sociais, ou ainda Zona de Mascaramento, uma vez que elas possuem voz, porém estão mascaradas.

As pesquisas sobre representações sociais, na maioria das vezes, baseiam-se nas verbalizações dos sujeitos investigados através de entrevistas, questionários e outros instrumentos identificadores de discursos. A ênfase é colocada na expressão verbal e no discurso diário, como sistemas de mediação simbólica, através dos quais o indivíduo se apropria do mundo externo e, nessa comunicação estabelecida na interação, ocorrem “negociações”, re-interpretações das informações, dos conceitos e significados. (SCOZ e MARTINEZ, 2009, p.1)

Para Abric (2005), existem algumas defasagens entre o que as pessoas dizem e o que elas pensam, entre o que elas dizem (em seus discursos) e o que elas fazem (práxis), o que põe em dúvida a compreensão das representações sociais. Ainda, para esse autor, as pessoas entrevistadas não nos dizem tudo, elas escondem alguns componentes de seus pensamentos em certas situações, e nestas existem duas facetas da representação: uma, explícita, verbalizada; outra não verbalizada, não expressa, denominada “zona muda”.

A impossibilidade de estudar as representações sociais a partir apenas do que as pessoas expressam verbalmente de forma direta tem sido defendida por diversos especialistas das representações sociais, uma vez que elas não são necessariamente totalmente conscientes. As explicações em relação à falta de conscientização de elementos que integram as representações são diversas e estão em consonância com as concepções teóricas sobre as representações sociais que têm sido elaboradas por diferentes autores.

Para Abric (2005), a “zona muda” é constituída pelos elementos da representação que têm um caráter contra-normativo. Para explicitar essa idéia, Abric toma as concepções de Guimelli e Deschamps (2000), que denominam a zona muda como um subconjunto específico de cognições ou de crenças que, mesmo sendo disponíveis, não são expressas pelos sujeitos nas condições normais de produção; e, se fossem expressas (notadamente em certas situações), poderiam questionar os valores morais ou as normas valorizadas pelos grupos (Scoz e Martinez, 2009).

5.2.4 – O que o operário entende por segurança do trabalho

Categorias	Questionários	Porcentagem	Subcategorias	Unidades de Registros
O que você entende por Segurança do Trabalho	60	43,4%	Segurança e Prevenção	33
		18,4%	Equipe Técnica de SdT	14
		38,1%	EPI	29

Tabela 5 – O que o operário entende por Segurança do Trabalho

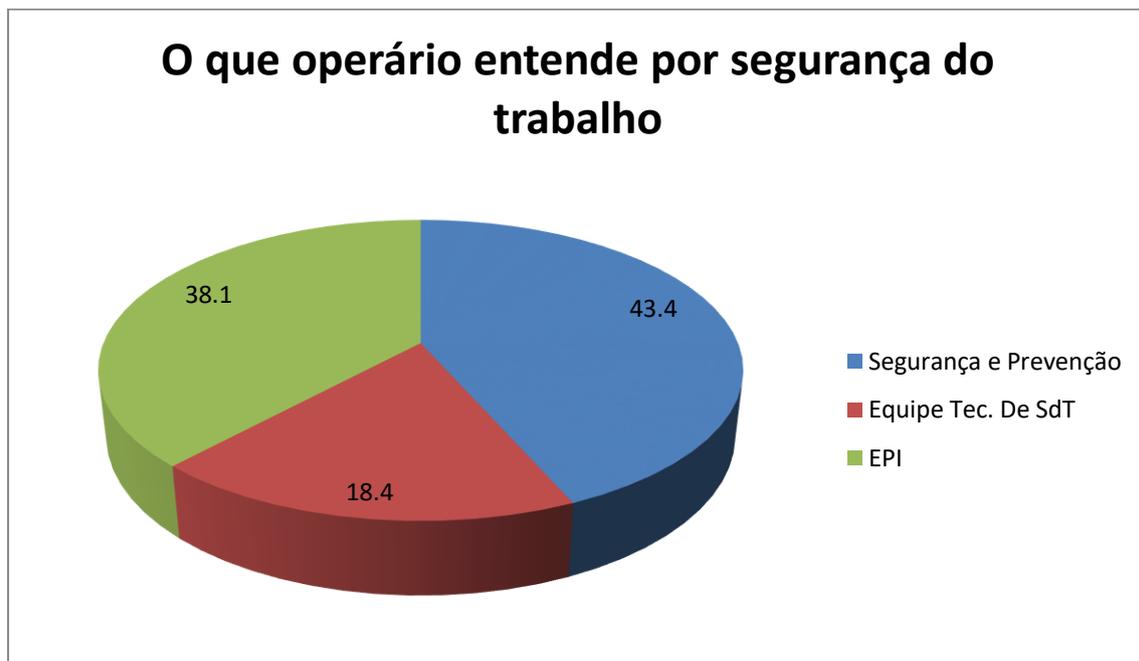


Gráfico 3 – O que o operário entende por segurança do trabalho

A subcategoria que aparece com maior destaque é Segurança e Prevenção, que foi agrupada reunindo as práticas e noções que foram discutidas nos tópicos anteriores.

“prevenção que evite o trabalhador chegar ao ponto de acidente e incidente. ,mais prevenir do que remediar.”

“é você se proteger, se precaver, se ta protegendo a sua saúde e a própria vida e também dos companheiros, se prevenir né.”

Os outros dados que ganharam destaque foram EPI e Equipe Tec. De Segurança do Trabalho. A subcategoria EPI possui 29 unidades de registro. Para o operário de uma refinaria, além das práticas de cuidado e atenção, o EPI (Equipamento de Proteção Individual) vem como mais uma ferramenta (no caso para alguns uma armadura) para lhe proteger dos riscos do trabalho que executa.

“É uma forma de prevenir os acidentes de trabalho... tem o EPI.”

O Equipamento de Proteção Individual (EPI) é todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.

O uso deste tipo de equipamento só deverá ser feito quando não for possível tomar medidas que permitam eliminar os riscos do ambiente em que se desenvolve a atividade, ou seja, quando as medidas de proteção coletiva não forem viáveis, eficientes e suficientes para a atenuação dos riscos e não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho.

“São as medidas de proteção e de cuidado. EPI's e a gente tem que usar, mas que mesmo usando ainda podemos sofrer os acidentes de trabalho”

Conforme dispõe a Norma Regulamentadora 6⁶, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e
- c) para atender a situações de emergência.

Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, ou a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA nas empresas desobrigadas de manter o SESMT, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.

⁶ NR-6. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/nr/nr6.htm>

Os tipos de EPI's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos que poderão ameaçar a segurança e a saúde do trabalhador e da parte do corpo que se pretende proteger, tais como:

- Proteção auditiva: abafadores de ruídos ou protetores auriculares;
- Proteção respiratória: máscaras e filtro;
- Proteção visual e facial: óculos e viseiras;
- Proteção da cabeça: capacetes;
- Proteção de mãos e braços: luvas e mangotes;
- Proteção de pernas e pés: sapatos, botas e botinas;
- Proteção contra quedas: cintos de segurança e cinturões.

Na subcategoria Equipe Tec. de Segurança do Trabalho, que aparece com 18 unidades de registro, o operário associa os termos Segurança do Trabalho ao cargo do técnico de segurança do trabalho e, por conseguinte as atividades deste profissional.

“São os técnicos de segurança que fazem a fiscalização pra ver se tudo está direito, se tem algum risco ali na área”

5.2.5 – Você se sentia seguro no exercício de sua profissão dentro do COMPERJ



Gráfico 4 – Você se Sentia Seguro no exercício de sua profissão dentro do COMPERJ

Temos aqui que praticamente todos os entrevistados (60) disseram que se sentiam seguros quando trabalharam no COMPERJ. A fiscalização era constante e não havia problemas como falta de EPI ou material para realizar suas atividades de forma segura.

“Me sentia seguro, era uma coisa sempre batida nas palestras de manhã (DDS), nada com correria, não sabe, tá numa dúvida vai em quem realmente possa te orientar”

“Sentia, a gente falava muito sobre o acidente. Na empresa que eu trabalhei a segurança era tratada como principal”

“Sentia, era até chato, você não podia ficar sem luva. A empresa que eu trabalhei, no setor dela, eles eram muito rígidos”

Embora tenham ocorrido greves, algumas inclusive violentas no COMPERJ, a noção de segurança aqui foi totalmente ligada às práticas de seu trabalho, e como podemos observar neste último relato, apesar do operário elencar o EPI como item fundamental para a Segurança, ele mesmo também questiona sobre o incômodo de ter que usar esses EPI's.

5.2.6 – Você percebe preocupação por parte das empresas em melhorar as condições de trabalho nas refinarias

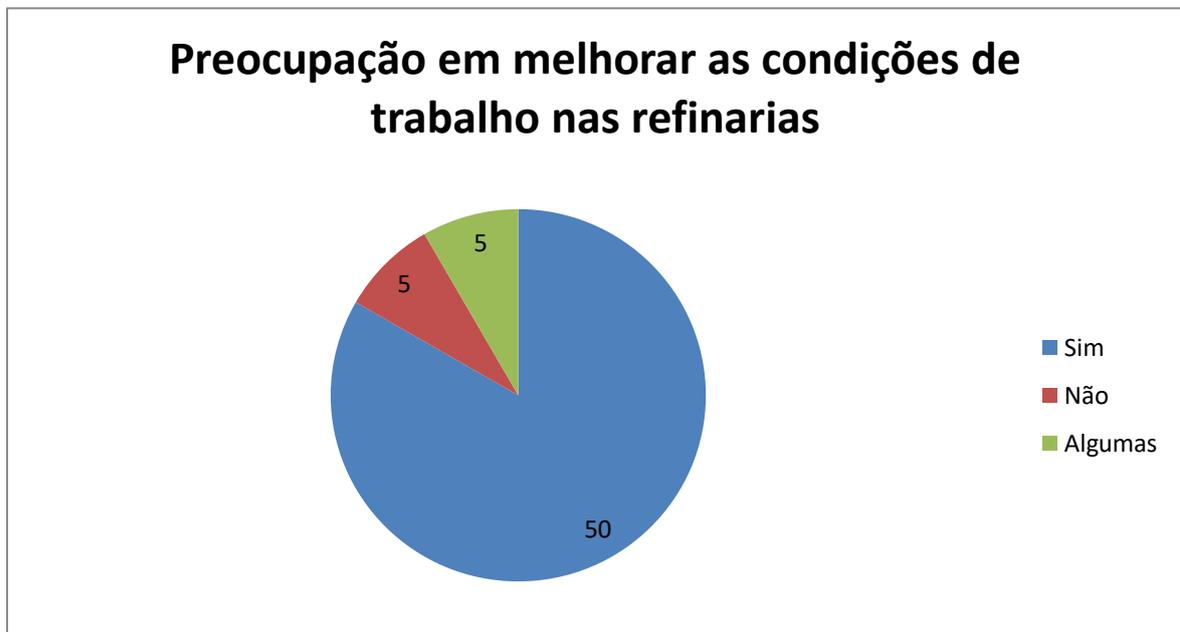


Gráfico 5 – Preocupação em melhorar as condições de trabalho nas refinarias

Grande parte dos entrevistados concorda que estão tendo crescentes melhorias neste segmento, embora o COMPERJ esteja parado. A maior preocupação agora se reflete no desemprego, e este momento é perigoso para as conquistas do trabalhador, uma vez que estando

sem emprego, muitos acabam tendo que se sujeitar a trabalhar em outros locais e segmentos não importando as condições.

“Sim, mas precisa se preocupar mais, agora estamos todos aí largados sem emprego, acho que falta essa preocupação.”

“Umás mais que outras, são reflexo da gerência geral da refinaria.”

“Sim, mas agora sem emprego fica difícil.”

Desde os primeiros relatos desta pesquisa, muitos entrevistados querem voltar a trabalhar no COMPERJ, e aguardam ansiosamente pela retomada das atividades do polo petroquímico

5.2.7 – Existe diálogo entre funcionário-patrão Empregado-empregador Para discutir as questões sobre risco?



Gráfico 6 – Existe diálogo entre funcionário-patrão para discutir as questões de risco

Neste tópico temos o que poderia ser o diálogo entre os Universos Consensual e Reificado das Representações Sociais. Também podemos perceber que os avanços sobre as discussões de risco se devem do trabalho constante para essa aproximação. Evidente que é impossível que o diálogo seja tão próximo uma vez que as teorias e normas elaboradas dentro de um universo científico não devem se confundir com o saber que é produzido no cotidiano, mas que há um refino deste último pelo primeiro. De qualquer forma, esse diálogo tem se mostrado

eficaz do ponto de vista do trabalhador, que vinha através do contato com o sindicato e a fundamentalmente a DDS (Diálogo Diário de Segurança).

“Existe a DDS (diálogo diário de segurança) pra gente discutir essas questões, existe sim.”

Os DDS são rituais estabelecidos pela organização com o objetivo de tornar fluidas as informações a respeito dos riscos inerentes às atividades cotidianas. São relatadas as ocorrências em forma de apresentações elaboradas a partir de eventos acidentais que configurem perda ou potencial de perda pessoal e/ou material. As apresentações descrevem os acidentes, suas causas e efeitos, bem como a atribuição a diretrizes corporativas de segurança.

Os DDS visam sensibilizar os trabalhadores para questões sobre os perigos das instalações, evocando a necessidade de cumprimento das normas de segurança e da observação do meio ambiente na realização das atividades. Giddens (1991) permite uma comparação com os mecanismos de desencaixe e de reencaixe, em que se busca a remodelação das relações sociais, de forma a comprometê-las com particularidades locais e temporais, mesmo que parcial e transitariamente. Portanto, essas reuniões atuariam como mecanismos de apropriação de um modelo em substituição a um antigo, com o objetivo de levar a consciência em busca do trabalho seguro. Dessa forma, há a contribuição para remodelação das representações sociais, pelo seu caráter eminentemente interpretativo e consensual dos diversos grupos da organização cada um dando a essas representações o formato, mas conveniente, e nem sempre e esperado e desejado pela liderança.

“Existe, temos o DDS”

O DDS é um programa de segurança utilizado por várias empresas de diversos segmentos, para a prevenção de acidentes e conscientização dos empregados (FILHO, 1999).

Para Zocchio (2002), o DDS é um mecanismo de grande eficácia das atividades preventivas para a segurança do trabalhador. Trata-se de uma ferramenta de fácil aplicação em qualquer área e tipo de trabalho, por se tratar de conversas diárias entre funcionários, além de possuir baixo custo de aplicação (ARAÚJO, 2015).

“Sim, temos o DDS e as ouvidorias”

Este programa se baseia em reuniões que ocorrem antes do início das atividades diárias na empresa, a fim de discutir assuntos relacionados à segurança no trabalho, proporcionando a

implantação de uma cultura de segurança nas diversas áreas. São reuniões rápidas de aproximadamente 5 a 15 minutos, realizadas diariamente no local de trabalho pelos supervisores, encarregados, líderes de cada área, para discutir assuntos relativos aos riscos de incidentes e prevenção dos mesmos, bem como discutir acidentes caso tenham ocorridos. Sabe-se que a maioria dos acidentes estão relacionados à fatores humanos, ou seja, aos comportamentos de risco. Desta forma, este programa tem potencial para influenciar na redução de acidentes (ARAÚJO, 2015).

Definem-se as estratégias semanais para cada área de trabalho, conforme as necessidades levantadas, através da análise de reportes de incidentes e/ou ocorrência de acidentes. O registro é realizado via lista de presença com o tema abordado e o executante. A utilização do DDS como recurso para conscientizar os trabalhadores sobre percepção de risco e comportamento seguro é essencial.

Contribuindo de forma significativa para a conscientização dos funcionários, pois através dele, a liderança demonstra que além de estarem preocupados com a produção, eles também dão importância para a segurança do trabalho. Outro fator importante é a interação proporcionada pela equipe, aumentando a probabilidade de comprometimento de todos com a área de Segurança. Desta forma o principal objetivo do DDS é a conscientização do funcionário quanto à segurança para que haja uma prevenção e redução dos acidentes dos trabalhadores.

Araújo (2015) em seu estudo estabelece algumas ações que devem ser tomadas e observadas para se obter um resultado positivo com o programa do DDS:

- *Buscar temas pertinentes às dificuldades de cada área nos quesitos de segurança. Reforçar as ocorrências de acidentes em todos os setores;*
- *Criar condições para que os empregados possam trocar informações, expor idéias, sugestões, dúvidas relacionadas à segurança. Tendo sempre em foco o objetivo do DDS.*
- *Planejar sobre o tema a ser discutido, atentando ao local que será realizado, incentivando a participação dos envolvidos, convidando-os para conduzirem o DDS.*
- *Deixar claro aos empregados o que é DDS, qual o seu objetivo e funcionamento e a importância da participação de todos;*
- *Expor o assunto de forma clara e objetiva, com linguagem adequada, considerando o nível de absorção por parte dos participantes.*

- *Envolver outras áreas para falar sobre temas técnicos, convidando profissionais da saúde, engenharia, psicologia e técnicos;*
- *Concluir a ideia central do DDS, dando oportunidade para exposição de ideias, com o cuidado para que não vire promessas, pois se a mesma não for cumprida o DDS poderá perder a credibilidade;*
- *Realizar o registro do DDS, utilizando uma lista que deverá constar a data, duração, local, assunto abordado, nomes e assinatura dos participantes (p.34)*

O operário vê nesta ferramenta a possibilidade de levar suas dúvidas e alguns anseios (relacionados ao risco/segurança) para serem discutidas e escutadas. Temos o DDS como uma ferramenta simples, de fácil aplicação. Trata-se de uma ferramenta valiosa para conscientizar os trabalhadores na prevenção de acidentes, e que todas as empresas não só do segmento de petróleo&gás deveriam adotar, pois é de baixo custo, eficaz, atua promovendo o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes do trabalho e de valorização da vida, facilitando a interação entre funcionários e reduzindo os custos que as empresas e o governo têm com os acidentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema central deste trabalho de pesquisa se desenvolveu em torno da tensão entre uma visão técnica e uma visão psicossocial do risco. Defendeu-se a ideia de uma construção social específica do risco entre operários que trabalharam no COMPERJ, estudada a partir da abordagem estrutural das representações sociais.

A proximidade com o risco mostra a singularidade dos sujeitos desta pesquisa em relação a outros estudos sobre o risco, que se debruçam sobre as percepções da população em geral. Os trabalhadores que atuam em um complexo petroquímico vivenciam o risco de forma muito presente, a “tensão nervosa” que se manifesta latente em seus discursos nos chama a atenção para o problema da naturalização dos riscos mentais que existe em seu trabalho, indo para além da noção de risco como Acidente.

O risco é caracterizado, para o grupo social pesquisado, a partir de processos de ancoragem e objetivação, visando uma construção social pela familiaridade dos objetos. Essa construção permite uma identidade ao grupo (todos que trabalharam nos canteiros do COMPERJ trabalharam sob certo tipo de risco).

O conceito de risco se implica em uma construção social sobre o qual incidem, desde ocorrências externas, até as condições internas da organização. Os operários reconhecem o risco a partir da experiência do seu cotidiano, e o conformam segundo sua visão de mundo. As normas e padrões não são suficientes para lhes dar todas as respostas necessárias no tratamento das várias situações que enfrentam, e a busca de respostas consensuais é premente e presente na maioria das atividades do cotidiano.

A situação alarmante em que se encontra o COMPERJ agrega um novo elemento representacional à ideia de risco. Embora não estejam correndo os riscos que estavam sujeitos durante o trabalho na refinaria, a situação de desemprego traz outro elemento negativo para este grupo social, trabalhar no setor de Petróleo&Gás passa a ser algo incerto e com novos riscos, não somente o de acidentes inerentes ao cargo ocupado, mas de realizar todo um movimento de vida, que no atual momento se encontra longe de uma solução para milhares de trabalhadores que foram para a região de Itaboraí, com a promessa de prosperidade

A necessidade de conformar o mundo a uma cadeia de eventos familiares é urgente em toda atividade humana, principalmente naquelas em que há alto índice de riscos. Esse processo traz à sociedade um convívio mais salutar em um mundo cada vez mais incerto e perigoso.

Existe uma pressão para se tratar os problemas advindos dos processos de industrialização como consequências inerentes e inevitáveis à necessidade de desenvolvimento da civilização. Essa pressão é acompanhada por um processo de “reificação” dos problemas, procurando-se conformá-los a limites racionais. No entanto, a sociedade de risco é uma sociedade autocrítica, que confronta e produz suas referências sobre os perigos e riscos. Não é mais possível uma visão técnica-mecanicista aceita de modo estático pela sociedade, uma vez que, o sujeito social busca ocupar seu espaço, e não mais aceita os preceitos cientificamente elaborados como dogmas a serem seguidos (BECK, 2010).

A abertura de trocas propiciadas através dos Diálogos Diários de Segurança (DDS), tem se mostrado como a forma e o local em que esse sujeito pode elaborar seu conhecimento e compartilhá-lo, a legitimidade que lhe é dada vai variar de organização para organização. O avanço desse e de outros métodos parecem ser o caminho natural para que se possa mitigar, compreender, e trabalhar as questões envolvendo risco e segurança do trabalho nas indústrias.

Compreender as representações desses operários nos aproxima de entender formas de trabalho que evitem o adoecimento e acidentes, nos permite questionar como seu saber é produzido e qual o impacto do cenário político-econômico em suas vidas. Trabalhar em uma refinaria é ter como aliado a incerteza, e a mesma, é a que vai proporcionar aos seres humanos a reflexão sobre suas atitudes e, entre ganhos e perdas, há a possibilidade de repensar qual mundo efetivamente vivendo e deixando para que outros vivam.

Por fim, defende-se que os estudos sobre risco e psicologia da segurança continuem e reforcem seus laços interdisciplinares, buscando oferecer cada vez mais suporte não só teórico, mas também prático para uma classe que vive dias de intenso trabalho sob condições penosas. Embora o COMPERJ em seu funcionamento seja um caso a parte, diversos canteiros de obra são assolados com acidentes e exploração de direitos e da dignidade dos sujeitos. Espera-se então, que todos os operários possam um dia ter sua voz escutada, que seu sofrimento não seja banalizado e que seu trabalho seja reconhecido.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (1994) *Pratiques Sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Abric, J. C. (1998) **A abordagem estrutural das representações sociais**. In: Moreira, A. S. P. & Oliveira, D. C. (Orgs.) Estudos interdisciplinares em representações sociais, p.27-38. Goiânia: AB Editora.
- Abric, J. C. (2001a) **O estudo experimental das representações sociais**. In: Jodelet, D. As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Abric, J. C. (2001b) *Prácticas Sociales y Representaciones*. Traducion: José da Costa Chevrel y Fátim Flores Palacios. México: Cultura libre.
- Abric, J. C. (2005). **A zona muda das representações sociais**. In D. C. Oliveira & P. H. F. Campos, *Representações sociais: Uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República.
- Almeida, J. G. (2005). **As Representações Sociais, o Imaginário e a Construção Social da Realidade**. In: SANTOS, M. F. S. & Almeida, L. M. (Orgs). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Araújo, M. (2015). **Performance de DDS como reflexo nos resultados de Segurança**. Revista On-Line IPOG. Goiânia. Disponível em: <<http://businessstur.com.br/uploads/arquivos/503622ead5eac1f88fd1128106f36546.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2017.
- Arruda, A. (2002). **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002.
- Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- Bastos, E. Rosa, M. Pimenta, M. (2016). **Os Impactos da Operação Lava-Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retornos Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015**. XVII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade – AdCOnt 2016 28 e 29 de outubro de 2016 – Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://adcont.net/files/conferences/6/schedConfs/15/papers/2073/public/2073-5878-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2017.
- Beck, U. (2010). **Sociedade de Risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: editora 34.
- Beck, U. Giddens, A. Lash, S. (1997). **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora UNESP.

Bellini, M; Reis, S. (2011). **Representações Sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá, v. 33, n.2, p. 149-159.

Bley, J. (2011) **Comportamento Seguro a psicologia da Segurança no Trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes**.

Breakwell, G. M. (1993). *Social representations and social identity. Papers on Social Representations*2, 1-20.

Campos, C. J. G. (2004) **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) set/out;57(5):611-4.

Chamon, E. Moraes, P. (2011) **A representação social do risco em atividades potencialmente perigosas**. Temas psicol. [online]. Vol.19, n.1, pp.243-252 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100019&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-389X. Acesso em 20 de março de 2017.

Codol, J. P. (1969). *Note terminologique sur l'emploi de quelques expressions concernant les activités et processus cognitifs en psychologie sociale. Bulletin de Psychologie*, 23(280), 63-71

DelaColeta, J. (1991). **Acidentes de Trabalho**. São Paulo: Atlas

Demajorovic, J. (2003) **Sociedade de Risco e Resposanbilidade Socioambiental: Perspectivas para a Educação Corporativa**. São Paulo: Senac.

Dejours, C. (1992). **A loucura do trabalho** (5ª ed; ampl.). São Paulo: Cortez. (originalmente publicado em 1987).

Domingos, M. Lins, L. (2015). **Responsabilidade e Carga Psíquica na Gestão de Riscos**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. USP.

Doise, W. (2001). **Cognições e Representações Sociais: a abordagem genética**. In: Jodelet, D. As Representações Sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Durkheim, E. (2004). **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret.

Farr, R. (2003). **Representações Sociais: A Teoria e Sua História**. In GUARESCHI, P.A. Textos em Representações Sociais: Petrópolis: Editoras Vozes.

Farr, R. (2012). **Representações Sociais: a teoria e sua história** In: *Textos em representações sociais* (orgs) Gareschi, A. P., Jovchelovitch, S. 13 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Filho, E. (1999). **Programa 5 minutos diários – De Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente**. 3 ed. Belo Horizonte.

FIRJAN. *COMPERJ Potencial de Desenvolvimento Produtivo*. In: *Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. Sistema FIRJAN. Nº 1, maio de 2008.

Flament, C. & Rouquette, M. L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires*. Paris: Armand Colin.

- Flament, C. (2001). *Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales*. In Abric, J. C. (org.). *Prácticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Coyacán. p. 33-52.
- Furtado, C. (2011). **Formação Econômica do Brasil**: São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Garnier, C. (1999). *La genèse des représentations sociales dans une perspective développementale*. In M. L. Rouquette & C. Garnier (Eds.). *La genèse des représentations sociales*. Montreal: Nouvelles.
- Giddens, A. (1991). **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.
- Giddens, A. (2002). **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Geller, E. (2001). *Psychology of Safety Handbook*. Boca Raton, FL: CRC Press.
- Guimelli, C., Deschamps, J. C. (2000). *Effets de contexte sur la production d'associations verbales: le cas de représentations sociales des Gitans*. *Cahier Internationaux de Psychologie Sociale*, 47, 44-54.
- Guimelli, C. (2001). *La función de enfermeira: prácticas y representaciones sociales*. In Abric, J. C. (org.). *Prácticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Coyacán. p. 75-96.
- Gómez, C. (2006). **Saúde mental na gestão dos desastres: intervenção no cotidiano e nos eventos**. Em: Seminário nacional de psicologia das emergências e dos desastres: contribuições para a construção de comunidades mais seguras Finatec/UnB – Brasília/DF.
- Jodelet, D. (2001). **Representações sociais: um domínio em expansão**. In Denise Jodelet (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jodelet, D. (1989). *Représentation sociales: un domain en expansion*. In: *Les représentations Sociales* (D. Jodelet org.), pp. 31-61, Paris: Presses Universitaires de France.
- La Mendola, S. (2005). **O Sentido do Risco**. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.17, n.2 – São Paulo.
- Maisonneuve, J. A. (1977) **Psicossociologia, ciência-charneira e ciência da interação**. Introdução à psicossociologia, p. 1-20.
- Mészáros, I. (2002). **Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, 1. Ed. Revista. – São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. (1994). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. 14, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Minayo, M. (2003). **O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica**. In: Guareschi, P. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis. Editora Vozes.
- Moliner, P. (1993). *Cinq questions à propos des représentations sociales*. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 20, 5-52.
- Moscovici, S. (2001). **Das representações coletiva às representações sociais: elementos para uma história**. In: *As representações Sociais*. (org) Denise Jodelet. Rio de Janeiro: Ed Uerj.

Moscovici, S. (2012) Prefácio In: *Textos em Representações Sociais* (orgs) GARESCHI, A. Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra. 13 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Moscovici, S. (2015). **Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Mozzato, A.R., Grzybovski, D. (2011) *RAC*, Curitiba, v.15, n.4, pp. 731-747, Jul./Ago.

Naiff, D; Naiff, L; Souza, M. **As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras**. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, abr. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812009000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 jun. 2017.

Nascimento, R. C. P. (2012). “Análise Geoambiental integrada no município de Itaboraí (RJ) como subsídio ao planejamento ambiental e territorial: a intervenção do Comperj”. Em: *Revista Geonorte – Edição especial*, Vol. 3, Nº 4, 2012.

Nasciutti, J. (1996). **Reflexões sobre o espaço da psicossociologia**. IN: Série Documenta, Mestrado em Psicologia de Comunidades e Ecologia Social. Programa EICOS/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável. UFRJ. n.7. Ano IV. p. 51-58.

Oliveira, F.; Werba, G. C. (2005). **Representações Sociais**. In: STREY, M. N. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes.

Oliveira, D. C. (2005). **Análise de Evocações Livres: uma Técnica de Análise das Representações Sociais**. In: Moreira, A. S. P. (org). João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária.

Parales Quenza, C. J. (2006). **Representaciones sociales del comer saludablemente: un estudio empírico en Colombia**. *Universitas Psychologica*, 5(3), 613-626

Pastore, J. (2011). **O custo dos acidentes e doenças do trabalho no Brasil**. Disponível em <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_320.htm>. Acesso em 20 de março de 2017.

Pereira, A. F.; Quelhas, O. L. (2010). **Os acidentes industriais e suas consequências**. XIV Congresso de Ingeniería de Organización.

Rateau, P. (1995a). **Dimensions descriptives, fonctionnelle et evaluative des representations sociales – une etude exploratoire**. *Papers on Social Representations*, 4, 133-147.

Rateau, P. (1995b). **Le noyau central des representations sociales comme système hiérarchisé. Une étude sur la représentation du groupe**. *Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 26, 29-52.

- Sá, C. P. (1996). **Sobre o núcleo das representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Sá, C.P. (2002). **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis; Vozes/ 2002. 189p. ilus
- Santos, M. F. (2005). **A Teoria das Representações Sociais**. In: SANTOS, M. F. ; ALMEIDA L. M. (Orgs.) **Diálogo com a Teoria das Representações Sociais**. Editora Universitária: UFPE, 2005, p. 15 - 35.
- Santos, M. F. S. & Almeida, L. M. (2005). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Serafim, N; Christhina, R; Bú A; Emerson; (2017). **Representações sociais da reforma psiquiátrica e doença mental em universitários brasileiros**. *Psicologia, Saúde e Doenças*, . 221-233.
- Schulze, C. M (2000). **Social Representation of the Universe – A Study with Doctors in Human and Natural Sciences**. PSR – Papers on Social Representations.
- Scoz, B. Martinez, A. (2009). **A zona muda das representações sociais: uma aproximação a partir do jogo de areia**. *Interam. j. psychol.* [online].vol.43, n.3 [citado 2017-06-19], pp. 432-441 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902009000300002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0034-9690.
- Vergès, P. (1999). **Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations: manuel version 2**. Aix- en – Provence: LAMES.
- Wachelke, J. (2012). **Social Representations: a review of theory and research from the structural approach**. *Universitas Psychologica*, 11, 729-741.